

análise de imprensa

SERVIÇOS DE APOIO DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO
 Documento recebido em 7 AGO 79
 Distribuído em 7 AGO 79 através
 do envelope n.º -7.AGO79 00115
 para a reunião ordinária de _____

SITUAÇÃO POLÍTICA E MILITAR

Do ponto de vista da leitura da Imprensa

Jornais de 1
a 7 AGO.1979

Está na ordem do dia a arrumação partidária com vista às próximas eleições. A atenção ao Governo parece, neste momento, mais centrada em torno da "questão religiosa" (quem e como vai disputar o eleitorado católico) e, na forma de uma intensa expectativa, sobre o que se irá passar na Com. Social estatizada. Mas daremos preferência às pistas que apontam para as estratégias partidárias.

1. COMO ALINHAM OS PARTIDOS

Facto novo, a legalização do MIRN como Partido da Direita Portuguesa e a continuação, nos editoriais de "A Rua", de uma meditação sobre as eventuais vantagens de uma aproximação à Aliança Democrática.

Esta, por seu turno, não tem resolvida a questão das ligas (únicas ou separadas), havendo alguma confusão na reportagem de jornais que apelam à unidade ; "O Dia" e o "Correio da Manhã" de hoje, ter.7, atribuem ao mesmo entrevistado (Basílio Horta) diagnósticos não coincidentes.

Em parte suscitada pelo último artigo de Mário Soares na "Accção Socialista", foi igualmente ventilada a hipótese de um "consenso" entre o PS e o bloco PSD/CDS/PPM, que António Reis desmentiu mais tarde.

Helena Roseta adverte, no "Dez de Junho" de dom.5, que "a militarização avança". O "Expresso" da véspera pusera a hipótese de o programa de Governo ser rejeitado e o Presidente demitir-se recandidatando-se a seguir, o que poderia entregar a Presidência, interinamente, a um membro do C.R. Em "A Nação" de 6AGO., Carlos Pina avisa os partidos deste possível "desastre", expressão sua.

S.A.C.R., 7 AGO.79



A HIPÓTESE duma aproximação política entre "a Rua" e a Aliança Democrática, levantou as pedrinhas da calçada. Muitos dos nossos melhores amigos têm-nos admoestado duramente — muitos outros nos têm aplaudido. Com a maior frieza temos de analisar a questão, procurando não escolher, nem fazer juízos de valor:— os nossos leitores são livres e devem considerar-se altamente politicizados e influentes; será estultícia da nossa parte procurar determiná-los pela retórica e pela demagogia sem alumiar todo o cenário da peça.

A Direita só tem três hipóteses de futuro em Portugal:— ou tentar o golpe de Estado, ou marginalizar-se, constituindo-se em longínqua reserva para os vindouros — ou introduzir-se no sistema, procurando miná-lo e modificá-lo por dentro.

O golpe de Estado tem notáveis vantagens — e, se bem conhecemos a Direita portuguesa, acolhe a preferência quase unânime da maioria dos nossos amigos:— dum momento para o outro, tal qual a Esquerda o fez no 25 de Abril, limpa-se o Estado da escumalha que o ocupa; com decidida firmeza faz-se justiça, inicia-se a reconstrução — e, dentro de meia dúzia de anos, posta a casa em ordem, poderá ser possível reencontrar a identidade perdida, recomeçando tudo de novo para uma outra caminhada de oito séculos. Vitátorio o golpe de Estado teria, politicamente, o efeito dum laxante. Perdido, limitar-se-ia a apressar o processo de liquidação nacional agora em curso. A sua eficácia imediata vale, muito bem, os grandes riscos:— perdíamos a vida, mas ganhávamos a honra; a História não nos condenaria por passividade.

Chegados ao poder assim, poderíamos resistir vitoriosamente às pressões internas e externas que se suscitariam para nos vergar? Minúscula é Israel — e resiste; fraquíssima em relação ao mundo inteiro é a África do Sul — e aguenta-se; o Chile é o Chile — e aí está como um desafio extraordinário. Temos gabarito para tanto?

Israel vive da solidariedade profunda dos judeus de todo o mundo — e do sentimento que os israelitas têm de não haver outra alternativa. A África do Sul sobrevive, porque é um dos mais ricos países do mundo, domina o mercado mundial do ouro, tem como vizinhos uns sobetas selvagens, ainda ontem antropófagos — e, tal como Israel, desesperada, só pode escolher a resistência. O Chile está lá longe na América do Sul e não possui qualquer interesse estratégico. Reunimos nós as condições do desespero, da riqueza, duma fraca vizinhança — e da lonjura? Poderíamos resistir à fome, à miséria, e ao isolamento diplomático? Mais:— temos umas Forças Armadas capazes de darem o golpe e, depois, de sustentá-lo?

A experiência está praticamente feita:— arrastando com a antipatia generalizada das potências mais poderosas do nosso espaço geo-político, o desgraçado Vasco Gonçalves aguentou-se enquanto houve um grama de ouro nos cofres do Banco de Portugal. Assim que começou a perigar o soldo dos senhores oficiais, porque o estrangeiro nos fechou o crédito — logo Vasco Gonçalves foi corrido. As Forças Armadas, riararquizadas e redisciplinadas, obedecem à cadeia clássica do comando, quer este seja comunista ou fascista. Um golpe de Estado em Portugal é impensável sem um profundo des-

contentamento nos Exércitos. Cuidadosamente o poder político não se esquece de os aparicar; porque o Estado é fraco, os militares em Portugal constituem uma casta com foro e ragalias próprias. Da Direita para a Esquerda, de cabo a rabo, um único pensamento subsiste:— o Estado sustenta-se na força; quem tem a força são os militares — logo, os militares são o Estado.

A marginalização reservatária é outra das opções que a Direita portuguesa pode escolher. Foi essa posição, durante anos e anos, a escolhida pela melhor parte da Direita europeia, que, porém, ainda agora está à espera do poder. Acontece na Alemanha, acontece na França e, com menor acuidade, acontece na Espanha e na Itália. Os neo-nazis alemães nunca deram muito que falar, e são quase só um elemento folclórico; os direitistas franceses, decapitados pelo resistencialismo comunista do mediato após-guerra que lhes fuzilou 100 mil homens, degradando socialmente mais de um milhão, esfacelada que foi a Action Française pelo morte de Maurras, ou se grupusculizaram, ou pescam nas águas turvas do despique — Giscard/Chirac — ou também são só uma remeniscência:— politicamente, apesar do fulgor de algumas das suas mais notáveis figuras de intelectuais, não têm a menor influência no fluir dos acontecimentos políticos em França; paganizada e cristianofoba, a nova direita, espalhando a confusão, está destinada a ser esquerda... Na Itália, depois dum primeiro rompante, e à medida que Giorgio Almirante envelhece, o neo-fascismo, acantonado no valentíssimo MSI, mingua de eleição para eleição: à sua custa, a ala direita da Democracia Cristã, tem cada vez mais força; relegado para o gueto com os comunistas, a sua influência como organização, é menor. A tentativa de se internacionalizar pela Eurodireita é, em si mesmo, uma cedência esquerdizante:— nacionalista por natureza, a Direita não pode internacionalizar-se sem deixar de ser.

O problema que, neste momento, e sobre este ponto se põe à Direita portuguesa — é o seguinte:— um partido seu poderá mobilizar mais de 5 por cento do eleitorado? Tem alguma eficácia política atingir os 8 ou 9 por cento — e meter dois ou três deputados na AR e ficar no canto direito de S. Bento a esbracejar quase sem eco, sem meios de comunicação social e sem militância? Vale a pena transformar um, ou dois, ou três de nós — em Acácios Barreiros?

No plano moral vale com certeza a pena:— erguer-se-á no parlamento uma voz de resistência, dignidade e ousadia. As pessoas que assistirem às sessões admirarão a sua coragem — como, no fundo, admiram o desplante do Barreiros. Ficará para a história a história de tanta ousadia, mas não ficará nada à política a não ser que, nacional e internacionalmente, se alterem, de raiz, as circunstâncias existentes.

Concretamente, para já, a Nação não ganhará nada com isso:— continuaremos a arruinar-nos, a pedir esmola sem qualquer reboço — e, daqui a meia dúzia de anos, mais dia, menos dia, estaremos inseridos na Federação Ibérica como simultaneamente desejam os comunistas e a maçonaria, através do PS.

Não se pode acusar ninguém por proferir a marginalizar contestaria ao apodrecimento mole em

que vamos vegetando. Todavia, tal marginalização só tem lógica defensável, através do radicalismo:— o social-civilizadismo que nos oferecem certos grupos é tão mau como o centrismo e é muito menos eficaz. Organizar, fazer viver e vibrar um pequeno partido de extrema-direita é uma tarefa heróica e fascinante; dividir os votos anti-marxistas, para ser menos que o CDS — é um erro tático e estratégico sem a menor justificação. Para Direita civilizada — chega-nos o CDS; se queremos ser a Direita pura e dura, como lhe chama o repulsivo Piteira Santos, arquem com todas as consequências de o querermos ser. A violência — como a imaginava Georges Sorel — é um dos fundamentos da criação. No actual sistema ou nos assumimos revolucionária e criadoramente violentos, ou nos emulamos nas aras da marginalização — ou é melhor estar sossegado — e deixar andar quem anda. Não há carisma pessoal que resista às situações de facto:— somos muito menos o que pensamos ser, do que aquilo que os outros dizem que somos.

A última opção que, neste momento, se nos põe na bandeja, é introduzir-nos no sistema e procurar miná-lo e modificá-lo por dentro. A hipótese tem, como todas as outras, desvantagens e vantagens.

A desvantagem maior reside no risco que corremos de perdermos a face e o carácter. Introduzindo-nos no sistema, vamos, de princípio, antes de termos força, ajudar a sustentá-lo; poderemos ser digeridos por ele e espartinhados pelos seus maquinismos de degradação ética. Vamos entrar forçosamente neste jogo de tricas e mexericos que é a imagem: viva da repugnância. Vamos ser como os outros, obrigados às mesmas manobras e combinações, aos mesmos murmúrios sorrateiros, aos mesmos passeios, de braço dado, pelos Passos Perdidos. Tendo que apertar as mãos dos outros, passaremos os dias a lavar as nossas, sem lavar a alma. Perdemos identidade e dificilmente a reencontraremos. O prazer moral e intelectual de dizermos "não", esvaír-se-á molemente no tédio infinito do pode ser... do menos mau... do possível...

Poderemos, no entanto, como vantagem, ajudar a recuperar mais rapidamente o país, influenciando a política dum grande partido, ascendendo aos seus órgãos superiores, impondo-nos — porque no quadro restricto da sociedade política que não representa nem a menor parte da sociedade civil, somos mais e somos melhores, não estamos comprometidos, não cederemos no essencial.

Além do que, juntando-nos a outros, juntamos-nos todos contra o inimigo principal, ajudando a derrotá-lo. Na partilha dos despojos alguma coisa do que queremos ser-nos-á dado; quase tudo o que não queremos, será recusado.

Que vale mais? A limpidez gloriosa do tudo por tudo? a coragem moral da marginalização pelos extremos? a penetração inteligente na fortaleza do inimigo?

O que é melhor para Portugal, caminho da terra que Deus nos deu para a Salvação?

Ramalho Eanes

Crise na Aliança

A Aliança Democrática enfrenta uma crise, segundo soube o «Tempo» ontem, à tarde, de fonte fidedigna. A crise encheu de apreensões os sectores moderados, liberais e as forças económicas. Meios diplomáticos mostravam-se, também, preocupados.

A crise surgiu de uma atitude de triunfalismo do PSD que pretende concorrer com listas conjuntas nos meios urbanos — Porto, Lisboa e Coimbra — e com listas separadas no Norte exigindo que o CDS

desista de concorrer ao Sul do Tejo, isto é, em Setúbal, Portalegre, Évora, Beja e Faro

O CDS, na reunião em que tal proposta foi apresentada, manifestou a sua surpresa e em princípio rejeitou-a. O CDS está disposto a deixar as abeças de lista a candidatos do PSD mas deseja estar presente em todas as listas do País.

A proposta do PSD foi originada pela pressão de comissões distri-



Tempo

2. Agosto. 1979

tais, especialmente do Norte do País. O CDS considerou «leonina» a proposta do PSD.

Sabe-se que, por outro lado, havia forças importantes dos dois partidos que estavam a encontrar excelentes formas de cooperação. António Barreto estaria disposto a encabeçar uma lista de Vila Real como independente mas Amândio de Azevedo, logo se impôs, dizendo que não concordava e que o lugar de cabeça de lista lhe pertencia ou, então, abandonava o partido.

Por outro lado, personalidades influentes dos dois partidos estão dispostas a renunciar à sua candidatura (caso do dr. Basílio Horta) se as listas não forem conjuntas.

O CDS, com grande espírito de conciliação, não discute o número que os seus candidatos devem ocupar em cada lista, mas deseja concorrer em todas as listas do País.

No sua viagem a Madrid os drs. Sá Carneiro e Freitas do Amaral discutiram este problema e esperam ainda resolvê-lo. Sabe-se que o dr. Francisco Balsemão tem sido um dos defensores das listas separadas mas estaria a reconsiderar a sua posição perante as notícias de que a Aliança se pode aspirar a uma vitória clara se concorrer em listas conjuntas.

Certos meios classificam esta crise como mais um dado a favor de Ramalho Eanes e Maria de Lurdes Pintasilgo. Efectivamente Ramalho Eanes teria comentado que não prevê possibilidades de qualquer acordo entre os partidos actualmente existentes e que por isso, o futuro lhe reserva a liderança do processo político portu-

guês. Ramalho Eanes teria comentado recentemente que a democracia estará em perigo enquanto o dr. Mário Soares e o dr. Sá Carneiro não desaparecerem da cena política nacional.

A crise que se regista no seio da Aliança Democrática terá que ser resolvida rapidamente. Parece seguro que as eleições serão convocadas para 11 de Novembro. A apresentação das listas de deputados deverá fazer-se setenta dias antes ou seja, em princípios de Setembro. Como no mês de Agosto muitas pessoas estão de férias, calcula-se que surgirão algumas dificuldades.

Na opinião de pessoas consideradas próximas da linha das listas únicas a Aliança Democrática poderia ganhar as eleições. Em Lisboa poderiam surgir como primeiras figuras da lista conjunta o dr. Sá Carneiro, Freitas do Amaral e Ribeiro Telles, seguindo-se Helena Roseta e outras figuras. Em Setúbal poderia aparecer o dr. Marcelo Rebelo de Sousa e, no Porto, uma das primeiras figuras seria Francisco Balsemão.

O eng. Alvaro Barreto, ministro cessante da indústria, foi contactado pela Aliança Democrática e está disposto a integrar uma lista de deputados. O próprio prof. Mota Pinto e Proença de Carvalho poderiam aparecer em listas da Aliança Democrática.

Uma figura preponderante da Aliança e vulto político do País disse, ontem, ao «Tempo», que em Novembro não pode haver hesitações pois trata-se de travar uma luta a favor do liberalismo em Portugal contra os projectos colectivistas do Estado.

por MARIO SOARES

UMA QUESTÃO DE BOM-SENSEN

Na perspectiva do próximo acto eleitoral as forças da direita, integradas ou não no Bloco Conservador-Monárquico, estão a procurar dar uma grande aceleração à radicalização da sociedade portuguesa. Era inevitável. O anúncio da dissolução da Assembleia da República, não veio resolver rigorosamente nenhum dos problemas em suspenso — nem criar qualquer expectativa válida nesse sentido — mas teve, desde logo, um efeito indiscutível: agravar a bipolarização e acentuar sem vantagens as divisões existentes.

ACÇÃO SOCIALISTA

2 DE AGOSTO DE 1979

A campanha insensata em que se lançou a direita contra o Primeiro-Ministro indigitado é disso a demonstração evidente. As pressões que se tentam exercer sobre o Presidente da República — não recuando relativamente à ameaça ou mesmo ao insulto grosseiro — são outro índice seguro que ilustra a mesma tendência. Para o Bloco Conservador-Monárquico parece ter chegado a hora da ruptura institucional. O que se pretende é a subversão do sistema político que nos rege, desde 1976, para sobre os escombros se regressar à *ordem velha*. Talvez muitas pessoas não tenham ainda tomado consciência perfeita da lógica implacável da direita — ou estejam a tentar iludir-se a si próprias — mas do que se trata verdadeiramente é da destruição do sistema através da sua radical contestação. Nesse sentido, muitos dos agentes desse combate ou que a ele chegaram, por sucessivas transigências, seriam as suas principais vítimas — a começar pelo Presidente da República ou pelos leaders do Bloco Conservador Monárquico, Sá Carneiro e Freitas do Amaral, cada um deles a sua maneira, homens do sistema democrático vigente e não do que se procura construir sobre as ruínas do actual.

Perante a vaga de violências que se anuncia — de que o destempero verbal a que temos assistido é apenas uma cortina de fumo preparatória — o Partido Socialista manterá uma inalterável serenidade que resulta da sua absoluta fidelidade ao sistema democrático que ajudou a construir. Não tregiversa nem se deixa intimidar ou confundir. O Povo Português sabe — porque já o compreendeu há muito tempo — que, haja o que houver, pode contar com a firmeza do Partido Socialista relativamente aos princípios democráticos que sempre defendeu. A Constituição é susceptível de aperfeiçoamentos e emendas? Claramente. O sistema institucional vigente deverá ser racionalizado e clarificado o funcionamento e a interdependência dos seus órgãos? Não há qualquer dúvida. Porém, essa abertura relativamente às correcções a introduzir no sistema institucional pressupõe a sua consolidação — e não, como é evidente, a sua destruição. Nesse ponto — como no resto — o PS é perfeitamente claro.

O Governo cujo programa vai ser submetido à Assembleia da República, antes da sua dissolução, não nos diz respeito. Sabe-se que o PS se opôs resolutamente à dissolução da As-

Governo, globalmente considerado, visto nele figurarem personalidades controversas, algumas mesmo que deram origem a fundadas críticas recentes. Comprendemos, contudo, que o Governo resultou do que foi

possível, num contexto politicamente difícil e tendo em conta uma relação de forças político-militares que não é perfeitamente clara e que, de momento, está em pleno desenvolvimento.

As eleições intercalares serão um teste ao estado político do País. A irritação da direita esconde mal o receio de que esse teste lhe não seja, como julgamos, favorável. Nessa hipótese, a teoria do golpe de estado constitucional — para usar uma expressão de Salazar — que lhe está subjacente, a fim de assegurar a ruptura institucional, por via aparentemente democrática, ficará por completo prejudicada. Como exigir o referendo ou o bloqueamento do sistema político-partidário, através da exigência inconstitucional de uma « maioria estável e coerente », se perderem as eleições intercalares, ou seja, se o Bloco Conservador-Monárquico não se afirmar como plenamente maioritário?

Fundamentalmente, o que está em jogo com as próximas eleições é isso mesmo. Trata-se de saber se o Povo Português deseja inverter a sua marcha, com grandes riscos de regresso ao passado, ou se, pelo contrário, quer desenvolver o sistema democrático instituído em 1976, com todos os aperfeiçoamentos que comporta, mas tendo como metas a justiça social, as reformas de progresso que transformem as nossas estruturas retrógradas, a liberdade, os direitos do homem e os direitos sociais dos trabalhadores.

O Bloco Conservador-Monárquico, na crise económica internacional com que estamos confrontados, não tem nada de sólido a oferecer ao País. O vocabulário político a que tem recorrido é o do passado. As ideias-força de que se faz eco fizeram as suas provas noutras áreas do mundo, sem sucesso nem capacidade de qualquer mobilização popular. Não pode responder, com um mínimo de coerência, ao grande desafio dos tempos de hoje. Em nenhuma parte da Europa e, ainda menos, dado o peso sociológico da direita portuguesa, em Portugal. O bom senso do nosso Povo não se deixará enganar por slogans duvidosos ou por campanhas deletérias contra as instituições democráticas, com base em calúnias ou na mais desenfreada demagogia. A direita tem-se furtado às responsabilidades do poder. Tem muito audácia verbal nas críticas destrutivas e muita coragem ao fazer as afirmações mais discutíveis mas uma grande timidez em avançar soluções verdadeiramente exequíveis e ainda mais em assumir responsabilidades. O Povo Português não se deixará enganar. No fundo trata-se apenas de uma questão de simples bom senso.

Lisboa, 31 de Julho de 1979



Se Programa for rejeitado Eanes pode demitir-se para se recandidatar

AUMENTARAM, nos últimos dias, as probabilidades de vir a ser apresentada na Assembleia da República, pelo PSD e pelo CDS, uma moção de rejeição do Programa do V Governo Constitucional em vez de como chegou a estar previsto, os seus deputados se ausentarem pura e simplesmente durante o debate do Programa.

A principal novidade desta evolução para a apresentação de uma moção de rejeição reside, porém, no facto de, no decurso da semana que hoje finda, se terem verificado contactos informais entre elementos sociais-democratas e centristas e elementos socialistas, no sentido de o PS vir a votar favoravelmente a moção de rejeição atrás referida. A tese terá alguns apoios dentro do PS, e o artigo de Mário Soares, intitulado "Uma questão de bom senso", publicado no número desta semana de "Acção Socialista" contribuiu para alimentar as esperanças de tal apoio. O secretário-geral do Partido Socialista, depois de afirmar que "o Governo cujo Programa vai ser submetido à Assembleia da República antes da sua dissolução não nos diz respeito", escreve o seguinte: "Não se estranhará, assim, como é natural, que o PS não possa aprovar um Governo que se constituiu em função desse critério (criando um precedente nocivo para a estabilidade das instituições democráticas) e a fim de poder ser concretizada a dissolução da Assembleia da República". Acrescenta Mário Soares: "Trata-se aí de uma questão de princípio em relação à qual o PS não pode transigir, nem transigirá".

Se a abstenção ou o voto favorável do PS a esta moção provocassem a queda do Governo, o Presidente da República poderia encetar uma de duas hipóteses:

• A primeira, consistiria em dissolver à mesma a Assembleia da República, e manter em funções o Governo Pintasilgo até às eleições.

Para Belém, o facto de a Constituição impedir a dissolução em consequência de uma rejeição do Programa não constituiria ar-

gumento válido, visto que Eanes entende que a decisão política da dissolução foi tomada, com cumprimento de todas as formalidades, antes da indigitação de Maria de Lurdes Pintasilgo, pelo que a sua concretização jurídica não depende da posição que a Assembleia adoptar acerca do Programa do Governo.

• A segunda hipótese, que começa a circular com alguma insistência nos bastidores políticos, é a de que Eanes não aceitaria o "chumbo" do V Governo, considerando-o uma falta de confiança das forças políticas no Presidente da República.

Nessas condições, o Presidente dissolveria a Assembleia, mas, poucos dias depois, anunciaria ao país que se demitiria e, desde logo, comunicaria a sua recandidatura à Presidência da República, cumprindo, assim, o que afirmou na sua conferência de Imprensa do verão passado.

Neste caso, criar-se-ia uma situação algo peculiar, pois não havendo Presidente da República, nem Presidente da Assembleia da República, assumiria, interinamente, a Presidência da República um membro do Conselho da Revolução que este designasse, de acordo com os preceitos constitucionais.

Novo discurso do PR na forja

É PROVÁVEL que, depois do debate pela Assembleia da República do Programa do V Governo Constitucional, o Presidente da República faça uma comunicação televisada ao país, na qual procurará dar resposta aos ataques e processos de intenção que lhe têm sido feitos, por alguns sectores, depois da escolha de Maria de Lurdes Pintasilgo para primeiro-ministro.

Eanes, aliás, anunciou essa comunicação no discurso que proferiu, no acto de posse do Governo, afirmando designadamente que restringia, na altura, a sua intervenção aos problemas directamente relacionados com a constituição do Governo e o seu Programa, mas acrescentando: "O debate político conjuntural suscitou, porém, outras questões que mereciam ser elucidadas e o serão na devida oportunidade".

Esta "devida oportunidade" poderá coincidir com o anúncio da dissolução da Assembleia da República e o esclarecimento da posição do Presidente quanto ao futuro político a curto prazo (ver notícia nesta página).

18 de Novembro ou 25?

Caso se mantenha, como parece mais provável a intenção de realização de eleições intercalares, Ramalho Eanes poderá aproveitar a mesma comunicação ao país para anunciar, também, a data das eleições.

Tendo em conta os prazos constitucionais, é provável que estas sejam marcadas para 18 de Novembro. Com efeito, o debate do Programa não deve poder principiar antes de 13 de Agosto, visto que o Governo dispõe de 10 dias para a sua elaboração e entrega aos partidos. Sendo assim, a decisão formal de dissolução só deverá ter lugar no fim da semana que principia a 13 ou no início da que começa a 20 de Agosto. Tendo em conta os 90 dias de prazo entre a dissolução e o acto eleitoral, 18 de Novembro aparece como o primeiro domingo possível.

A não ser que, respeitando o precedente de marcar as eleições legislativas para datas históricas do passado recente, o Presidente opte pelo domingo seguinte que "calha" a 25 de Novembro.



Consenso com a aliança — PS admite a hipótese

O Partido Socialista não exclui a hipótese, apontada por Sá Carneiro em entrevista concedida a um jornal espanhol, de realizar um «consenso» com a Aliança Democrática, posterior às eleições.

Contudo, para o PS como para a Aliança, este «consenso» só poderá verificar-se de facto, posteriormente à realização das eleições intercalares e desde que qualquer daquelas formações não tenha logrado obter nas urnas a maioria necessária para «governar a solo».

Se tal não acontecesse, e como os partidos integrantes da Aliança, tal como o PS, excluíram de há muito, publicamente, a eventualidade de governarem com os comunistas não lhes restaria outra possibilidade para além da enunciada por Sá Carneiro, a menos que, entretanto, se verificasse o aparecimento de uma terceira força com expressão parlamentar (pelo menos ao nível de poder funcionar como partido de chameira), designadamente um tão falado como *encoberto*, partido presidencialista.

Com efeito, Salgado Zenha afirmou ao nosso jornal que as

resoluções sobre a questão das alianças só seriam analisadas após a realização do acto eleitoral, pelo que considerou «permaturo» discutir de momento, a hipótese.

No entanto, o líder socialista fez questão de acentuar que o «ponto fundamental é preciso respeitar a vontade popular expressa nas eleições».

Assim sendo, disse-o Salgado Zenha, o PS aceitará uma vitória da Aliança, se esta se verificar. Se, pelo contrário, forem os socialistas os vencedores, governarão. No entanto, «se os resultados eleitorais se traduzirem por uma situação menos líquida, haverá que estudar esses resultados e, em face da vontade popular, partir para o encontro de soluções».

É esta terceira hipótese que abre as portas a um futuro «consenso» entre aliados e socialistas que, talvez, nem uns nem outros desejem mas que aceitarão como o menor dos males, para evitarem jogar nos armistícios que se não era, então, papel para que estão vocacionados e de que não deixarão de colher lucros políticos, como oposição.

A menos que a tal terceira



Salgado Zenha (PS) e Carlos Macedo (PSD) — o «consenso» é possível se for necessário

força (presidencialista, ou não) acabe por surgir, obrigando a outra disposição das peças no xadrez parlamentar, portanto, do Poder.

Entretanto, Carlos Macedo — em declarações a «Correio da Manhã» — recordou que a Aliança no seu acordo de formação admite a hipótese de, em conjunto, entrar em diálogo com o PS, caso não obtenha a maioria absoluta nas eleições.

De referir que os «aliados» continuam com um problema por resolver. Efectivamente a maioria das distritais do PSD pretende concorrer às eleições em listas separadas, enquanto que (cerca de meia dú-

zia) prefere listas conjuntas — solução também preconizada pelos parceiros da Aliança CDS e PPM. Um número mais restrito de distritais social-democratas está aberto a qualquer das soluções.

De qualquer forma, ainda segundo nos afirmou Carlos Macedo, o problema ficará definitivamente resolvido na reunião do Conselho Coordenador da Aliança Democrática, que se realiza na segunda-feira.

Finalmente, sabe-se que a Aliança tem já em fase final («praticamente só falta passar a limpo») o seu programa de Governo.

Sorte do governo Pintasilgo condiciona futuro de Eanes

«A sorte do Governo Pintasilgo está de forma crescente a condicionar o futuro político de Ramalho Eanes». Esta afirmação, ouvida desde há dias com insistência nos meios políticos, ganhou redobrada consistência com a possibilidade de o PS poder vir a repensar o sentido do voto relativamente ao programa do Governo, admitida por alguns observadores.

O Presidente da República foi duramente criticado pela Aliança Democrática por não ter dissolvido a Assembleia da República quando anunciou que tencionava fazê-lo e por escolher Lurdes Pintasilgo para chefe do Governo de gestão. O Partido Socialista não poupou igualmente Eanes, embora por motivos diferentes.

Rumores sobre a existência de contactos entre Socialistas, sociais-democratas e centristas fizeram crer na possibilidade do PS

aprovar uma moção de rejeição do programa do Governo a apresentar eventualmente pela Aliança Democrática. Ganhou assim nova «certeza» em certos meios políticos a escolha por Eanes do caminho já anteriormente anunciado, para condições que não precisou, e que passava pela sua demissão e candidatura a novo mandato.

A queda de Lurdes Pintasilgo arrastaria Eanes, embora o Presidente da República aposte de imediato na sua recondução ao cargo que desempenha desde 1976.

CRÍTICAS A EANES

Entretanto, as críticas formuladas pela Comissão Política Nacional do PSD, na sua última reunião não se restringiram à nova

primeiro-ministro nem ao seu Governo de gestão. As recentes atitudes do Presidente da República foram também objecto de contestação no comunicado então divulgado, em que se afirma: «Que quer afinal o Presidente da República? Nada fez para que os partidos democraticos se entendessem (...) Não tem agora nenhuma autoridade moral para atirar a responsabilidade da crise indiscriminadamente para cima dos partidos, nem pode invocar os desentendimentos partidários, precisamente quando a Aliança Democrática os desmentem pela sua própria existência».

Também a organização juvenil de outro partido da Aliança Democrática — Juventude Centrista — acusou o Presidente da República de «torpedear todos aqueles que lhe têm prestado leal colaboração e apoio».



PS não fará nenhum acordo com o bloco PSD/CDS/PPM

—revelou António Reis em declarações ao «DN»

«Da parte do PS está excluída qualquer hipótese de acordo pós-eleitoral com o bloco conservador-monárquico, quaisquer que sejam os resultados eleitorais» — sublinhou ao «DN» o secretário nacional do PS, António Reis, em entrevista que hoje publicamos. Nas suas declarações, aquele dirigente socialista salienta, também, que lhe parece extremamente difícil um acordo com qualquer dos dois maiores partidos do bloco, uma vez que nenhum deles admite estabelecer isoladamente tal acordo com o PS».

«DN» — Quer comentar a afirmação do dr. Sá Carneiro, segundo a qual a Aliança Democrática, no caso de não obter a maioria, estaria disposta a chegar a um consenso com o PS?

AR — Da parte do PS está excluída qualquer hipótese de acordo pós-eleitoral com o bloco conservador-monárquico, quaisquer que sejam os resultados eleitorais. Não cederemos à teoria inconstitucional da maioria estável e coerente para a formação de Governos de base partidária, ao contrário do que parece ser a posição do dr. Sá Carneiro quando admite a necessidade dessa maioria.

«DN» — Então, o PS, no caso de ser o partido mais votado, está disposto a reeditar a fórmula de Governo minoritário?

AR — Entendemos simplesmente que o Presidente da República deverá chamar a formar Governo o partido mais votado nas próximas eleições. Caberá a esse partido e não ao Presidente da República desenvolver as diligências necessárias para viabilizar um Governo na Assembleia da República com ou sem maioria expressa de apoio. Tudo dependerá das circunstâncias concretas que condicionarem a viabilização de tal Governo.

«DN» — Exclui qualquer acordo com o bloco. E apenas com um dos partidos desse bloco? Em caso afirmativo, qual deles?

AR — Parece-nos extremamente difícil um acordo com qualquer dos dois maiores partidos do bloco, uma vez que nenhum deles admite estabelecer isoladamente tal acordo com o PS. Por outro lado, não é líquido que um acordo desse género venha a ser uma con-

dição essencial para a viabilização de um Governo de base partidária na próxima Assembleia da República.

«DN» — Está a pensar no PCP ou em novas forças políticas para viabilizarem um Governo desses? Ou será que, assim como exclui acordos com o bloco, também os não admite com os comunistas?

AR — Também não nos parece que um acordo com o PCP seja uma condição fundamental para a viabilização desse Governo de base partidária. Quanto a novas forças políticas, é primária qualquer especulação sobre acordos com eventuais partidos que venham a surgir e cujos programas e candidatos ainda desconhecemos.

«DN» — De que forma pensa que se deve viabilizar um tal Governo de base partidária, já que parece excluir quaisquer hipóteses de acordo?

AR — Algumas dessas hipóteses não estão excluídas, parecem-me, sim, difíceis de concretizar, como disse. E chamo a atenção para o facto de a viabilização de um Governo de base partidária, no actual quadro constitucional, não estar dependente de acordos prévios entre partidos políticos. Há até uma lógica constitucional que tudo faz para favorecer a viabilização de Governos sem apoio maioritário expresso, contando apenas com a não hostilização de uma maioria parlamentar em si mesmo heterogénea e dificilmente capaz de uma coligação negativa para derrubar o Governo, como seria uma coligação PCP-PSD-CDS face a um Governo PS. Até porque esse Governo PS não repetiria, de certo, os erros do I Governo Constitucional.



António Reis ao «DN»: «Não cederemos à teoria inconstitucional da maioria estável e coerente para a formação de Governos de base partidária, ao contrário do que parece ser a posição do dr. Sá Carneiro quando admite a necessidade dessa maioria»

«DN» — Não acha que esta posição do PS poderá inviabilizar governos de base partidária e levar à continuação em funções do Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo?

AR — Só se o Presidente da República pretender deliberadamente desrespeitar a vontade popular recusando entregar ao partido mais votado o encargo de formar Governo. Uma tal hipótese parece-me pouco crível, até porque o Presidente da República já não poderá invocar o argumento que utilizou para justificar a sua recusa de investir governos minoritários, argumento baseado, como se recorda, no derrube do I Governo Constitucional pela Assembleia da República eleita em 1976. Esse derrube foi absolutamente entendido pelo Presidente da República como uma desconfiança daquela Assembleia em relação à fórmula minoritária de Governo e não em relação à política concreta de um Governo concreto. Ora,

acontece que a Assembleia eleita em 1979 é uma nova Assembleia e, por conseguinte, não amarrada a quaisquer tomadas de posição da anterior em matéria de viabilização de governos, pelo que o argumento presidencial cai, automaticamente, pela base. Estou convencido também de que a nova Assembleia, consciente das suas responsabilidades em relação à necessidade de prestigiar a democracia parlamentar, saberá encontrar uma solução de Governo viável ainda que ela não seja inteiramente do agrado pessoal do Presidente.

Entrevista de Simões Ilharco



Poderá haver listas conjuntas

mas apenas em alguns casos

—sublinhou Helena Roseta na Figueira da Foz

DIÁRIO

DE NOTÍCIAS

6-8-1979



Jornal novo 6.8.79

«Segundo o acordo estabelecido entre os partidos da Aliança Democrática, não haverá listas conjuntas para as próximas eleições intercalares, o que não quer dizer que elas não venham a ser feitas em alguns casos», declarou, ao «DN», Helena Roseta que, no sábado, se deslocou à Figueira da Foz, para participar no jantar-convívio anual, promovido pelo PSD local que, deste modo, pretendeu assinalar a passagem do quinto aniversário da implantação dos sociais-democratas naquele concelho.

Para a directora do órgão oficial do PSD, «Povo Livre», cada um dos três partidos, componentes da Aliança Democrática, deverão apresentar as suas listas, nos diversos círculos, pois tal foi decidido. Esta posição parece, no entanto, vir contrariar aquilo que os dirigentes do CDS têm vindo a declarar, designadamente Lucas Pires, que, recentemente, afirmava, em Coimbra, que o seu partido iria fazer todos os esforços para que a AD aparecesse, nas eleições intercalares, com listas conjuntas.

Interrogada pelo «DN» quanto à possibilidade de uma coligação, após as eleições, entre a Aliança Democrática e o Partido Socialis-

ta, admitida, aliás, por Sá Carneiro, em entrevista concedida, no decorrer da semana passada, no jornal espanhol «El País», Helena Roseta diria que essa hipótese é muito pouco provável, pois «a AD irá ganhar as eleições», permitindo, assim, a constituição de uma maioria estável na Assembleia da República.

No decorrer do jantar, em que participaram mais de uma centena de filiados e simpatizantes do PSD, aquela dirigente, numa breve alocução, criticaria o Presidente da República e o Governo da eng.ª Lurdes Pintasilgo, que classificaria de «instrumento do projecto do general Eanes, contra a Aliança Democrática e a institucionalização de uma nova maioria estável em Portugal». Para Helena Roseta, o V Governo não é mais do que «a continuação da gestão socialista, agora associada aos ASDI's».

Também Leonardo Ribeiro de Almeida, presidente da Comissão Política Nacional do PSD, se deslocou aquela cidade para participar naquele jantar que, aliás, se tem vindo a realizar todos os anos, no primeiro sábado de Agosto. Na sua intervenção, e em que fez uma breve apreciação à actual situação política nacio-

nal, afirmaria estar certo de que «a Aliança Democrática irá introduzir uma nova esperança no povo português, com a sua vitória nas próximas eleições». O V Governo e o Presidente da República seriam, igualmente, alvo de duras críticas.

No jantar, em que também estiveram presentes António Cabecinha, da Comissão Política Nacional, Alexandre Gouveia e Mário Meduro, da Comissão Política Distrital de Coimbra, e Abel Macrão, presidente da Comissão Concelhia da Figueira da Foz. Usariam, da palavra, ainda, outros dirigentes daquele partido.



Repetir experiências falhadas?

Um dos erros fatais do PS, cujas consequências ainda hoje — e não se sabe por quanto tempo — se fazem sentir na sociedade portuguesa, foi, sem dúvida, a decisão tomada em 1976, antes das eleições legislativas, de que governaria sozinho, caso as vencesse.

O resultado imediato dessa decisão, cuja paternidade se tem atribuído a Salgado Zenha, foi o que se viu: o I Governo Constitucional, presidido pelo dr. Mário Soares, veio a não obter o apoio par-

Dada a nova correlação de forças, e tendo em conta o desencanto gerado no País pela falência dos governos de base socialista, tem de considerar-se que a meta almejada pela Aliança Democrática está perfeitamente ao seu alcance. Como ninguém duvida de que o PS jamais poderá, ainda que por hipótese se mantenha como primeiro partido, obter um resultado que lhe permita um apoio maioritário na Assembleia sem recorrer a uma aliança estável.

A menos que esteja disposto a fazer tal aliança com o PC — o que não nos parece crível —, não se vê como o PS poderá ambicionar a ser Governo, se, como garante hoje ao «Diário de Notícias» o dirigente socialista Ant'onio Reis, o partido do dr. Mário Soares exclui desde já a possibilidade de qualquer acordo com o «bloco PSD/CDS/PPM».

É evidente que o País não se encontra em condições de repetir experiências falhadas. Irá, assim, certamente, votar numa solução de Governo que lhe garanta aquele mínimo de estabilidade que o PS, enquanto partido maior, não quis, ou não soube, dar-lhe. Esta a esperança dos quais ainda acreditam no futuro da democracia em Portugal.

Torquato da Luz

Acácio Barreiros criticado pelos dirigentes da UDP

A Comissão Permanente da UDP aceitou o pedido de demissão de Acácio Barreiros a quem acusaria, em conferência de imprensa dada ontem na sua sede, de «assumir posições reformistas» e «individualistas». Aquele deputado continua, no entanto, no partido bem como na sua Comissão Nacional e na Assembleia da República.

Francisco Rosa, José Guerreiro e José Alcobia, da Comissão Permanente, criticaram ainda Acácio Barreiros, no encontro com os jornalistas, por desrespeito da linha traçada pelo partido.

As divergências surgidas, «que têm vindo a ganhar profundidade nos últimos tempos», tornaram-se mais salientes a partir da presente crise política. Perante ela, o deputado da UDP considera «que o Governo empossado é de natureza pacífica, representando um certo compasso, pelo que deveria haver uma plataforma de acordo com ele em questões pontuais. Igualmente considera dever existir uma pacificação em relação ao Presidente da República, pontos de vista que são, como se sabe, opostos aos da Comissão Permanente e da Comissão Nacional da UDP. Com efeito, para esta, o Governo de Lurdes Pintasilgo

«apresenta-se perante o povo português ostentando uma fachada liberalizante e procurando criar expectativas quanto a uma política apaziguadora, em contraposição ao Executivo de Mota Pinto».

Num comunicado distribuído a propósito, chama-se a atenção para o facto de se pretender utilizar «nos próximos 100 dias o actual Governo como forma de conter os protestos populares e permitir a consolidação das posições já alcançadas pela reacção, ao mesmo tempo que se mantém a aplicação das medidas decididas pelo anterior Governo e mesmo de novas medidas antipopulares, como o anunciado aumento de preços».

Assim, a UDP «denuncia como antipopulares os apelos à acalmia e à trégua social feitos pelas direcções do PCP, do PS e outras forças reformistas. Acalmar as lutas populares no actual momento é o melhor favor feito àqueles que querem consolidar as posições reacconárias».

As propostas de formação de uma Frente Eleitoral de Esquerda irão merecer especiais atenções dos dirigentes da União Democrática Popular que reafirmaram já a decisão «de, em nenhuma circunstância, ela se abster de participar nas próximas eleições».

Questão das listas

abala a «Aliança»



7.8.79 Cm

Os centristas fizeram ontem saber que a forte possibilidade do PSD não aceder à formação de listas conjuntas para concorrer às eleições de Novembro era encarada muito desfavoravelmente pelo CDS.

Uma fonte próxima da Aliança afirmou ao «Correio da Manhã», a este propósito, que neste momento «não se sabe se o PSD quer a Aliança Democrática para dotar o País de uma nova maioria e uma nova política, se, pelo contrário, o PSD quer apenas ser o partido mais votado».

Este problema não parece, no entanto, revestir-se de gravidade na perspectiva do PSD. Com efeito em declarações ao «Correio da Manhã», Ângelo Correia declarou que o futuro da Aliança não estava ameaçado apesar das diferenças existentes em torno do problema das listas separadas.

Em questão encontra-se a avaliação das possibilidades de vitória por parte dos partidos congregados no acordo tripartido PSD/CDS/PPM nas eleições de Novembro. Caso não concorra em listas conjuntas, a Aliança Democrática terá de chamar a si 53 por cento dos votos para obter a maioria absoluta na Assembleia. De momento, sabe-se que o CDS e PPM pretendem a constituição de listas conjuntas, enquanto o PSD sustenta o contrário.

O problema aparenta ter alcançado um certo grau de gravidade representado pelas afirmações feitas por Helena Roseta na Figueira da Foz, que teriam desagradado aos dirigentes centristas. Aquele membro da Comissão Política Social-Democrata afirmou no domingo que «não haverá listas conjuntas para as próximas eleições intercalares». Helena Roseta invocou o acordo estabelecido entre os partidos da Aliança Democrática em abono da posição do seu partido.

A este propósito, os centristas argumentam, com a cláusula do acordo tripartido que permite aos subscritores encarar as novas realidades e agir em conformidade. Para o CDS, tem muito, peso o conhecimento de que a aplicação do método de Hondt no apuramento dos resultados das eleições determina a suficiência de 43 por cento dos votos para que a Aliança Democrática alcance a maioria absoluta no

novo Parlamento.

DISTRITAIS PSD DECIDEM LISTAS

De qualquer forma, o acordo

dos três partidos não se encontra ameaçado por este diferen-

do. Esta é, pelo menos, a própria opinião dos meios centristas.

Basílio Horta — inevitáveis listas separadas

«Neste momento parece inevitável que os partidos que integram a Aliança Democrática concorrerão em listas separadas às próximas eleições» afirmou ontem Basílio Horta ao «Correio da Manhã». Ao fim da tarde ainda decorria uma reunião do Conselho Coordenador da Aliança Democrática, que, na sede do CDS, analisava a questão «quente» das listas a apresentar nas próximas eleições legislativas pela Aliança.

«A posição do CDS no tocante a este aspecto — afirmou o vice-presidente centrista — tem sido claramente manifestada no sentido de que a Aliança Democrática saíria reforçada, na sua unidade e na mensagem de mudança que ela própria reivindica, com a apresentação em listas conjuntas. Porém — acrescentou Basílio Horta — o PSD apresenta razões que se prendem com a vontade política da sua máquina partidária no sentido de manter inalterável a letra do acordo-base da Aliança Democrática que prevê a apresentação de listas separadas.

«Se esta vier a ser a fórmula adoptada, como neste momento tudo indica que será, nem por isso o CDS deixará de acreditar na vitória eleitoral dos partidos que integram a Aliança desde que o espírito que levou a sua constituição seja por

todos respeitado: a formação duma nova maioria e não, o benefício partidário de um deles à custa dos outros.

Basílio Horta acrescentou ainda que, para o CDS, «a Aliança Democrática não é apenas um projecto de interesse puramente partidário, mas um instrumento fun-



damental à concretização da mudança política capaz de pôr fim à actual maioria de esquerda e assim de gerar uma nova esperança nos portugueses. E este é, sem dúvida, um objectivo nacional, que em muito transcende os interesses próprios de cada partido».

E, a concluir as suas declarações a propósito da reunião do Conselho Coordenador da Aliança Democrática, Basílio Horta sublinhou que «o eleitorado não compreenderá, e a esperança da maioria dos portugueses sairá frustrada, se interesses individualistas acabarem por pôr em causa este objectivo fundamental: acabar com a maioria PS-PC, conquistar uma nova maioria democrática».

Por outro lado, nem todas as Comissões Distritais do PSD, órgãos a quem compete a reso-

lução sobre o tipo de listas a adoptar por aquele partido, são contrárias à apresentação de listas conjuntas. No entanto, a tónica desloca-se para o campo das distritais sociais democratas que defendem a concorrência em listas separadas. Assim, ainda ontem foi anunciado que a Comissão Política Distrital social democrata de Vila Real reconheceu que mais de 50 por cento dos seus membros não aceitam participar na próxima campanha eleitoral, se os partidos se apresentarem em listas conjuntas.

Desta forma, ficou decidido que, naquele círculo eleitoral, não haverá listas conjuntas da Aliança Democrática.

Segundo «Correio da Manhã» conseguiu apurar, as distritais de Castelo Branco, Santarém, Beja, Lisboa, Guarda, Bragança e Setúbal já se pronunciaram a favor de listas conjuntas. As distritais de Portalegre, Viseu, Leiria, Porto, Vila Real, Évora, Faro, Aveiro, Viana do Castelo e Coimbra pretendem apresentar-se em listas separadas embora se considere que num ou noutro caso possa verificar-se uma adesão ao princípio das listas conjuntas. Finalmente, a distrital de Braga apresenta grandes dúvidas em relação à posição a adoptar.

ANTÓNIO REIS CONTRADIZ ZENHA

Para o secretário nacional do PS António Reis, da parte do seu partido «está excluída qualquer hipótese de acordo pós-eleitoral com o bloco conservador-monárquico, quaisquer que sejam os resultados eleitorais».

A declaração do dirigente socialista, publicada na edição de ontem do «Diário de Notícias», sucede a um propósito contrário anunciado por Salgado Zenha ao nosso jornal.

Este antagonismo de posições denota a clivagem de opiniões no seio dos socialistas com respeito às relações com a Aliança Democrática e às condições para formar Governo face aos resultados eleitorais.

Aliança Democrática na hora da verdade

Procura de uma nova maioria assenta na opção de listas conjuntas

• PSD estará um pouco renitente face à oposição das Distritais

As listas conjuntas em que se apresentariam representantes dos três partidos reunidos na Aliança Democrática para uma Nova Maioria constitui neste momento a preocupação dominante do PSD, CDS e PPM, sendo um ponto extremamente delicado da colaboração entre aquelas formações partidárias. Efectivamente, este problema está a ser debatido a nível de conselho coordenador da Aliança desde ontem, prevendo-se que a reunião prossiga hoje. Por enquanto, contudo, não há uma posição definida em relação à hipótese de serem estabelecidas listas conjuntas, estratégia que permitiria com apenas 43 por cento dos votos uma maioria no novo Parlamento, mercê da aplicação do método de Hondt.

Além disso, para o próprio eleitorado, as listas conjuntas acentuariam o carácter de escolha entre dois tipos de sociedade que tem vindo a ser defendido ao mais alto nível nos dois principais partidos da Aliança, evitando-se dessa forma a tendência absentista crescente, que se faz sentir neste momento na sociedade portuguesa. Finalmente, a derrota da "maioria de esquerda" e as consequências que daí adviriam para o País

poderiam polarizar os votos dos que já descreem do próprio sistema por causa da indefinição dos partidos em relação ao modelo que se pretende aplicar em Portugal.

Mesmo assim, estariam a registar-se grandes dificuldades em que o PSD aceite participar em listas conjuntas, pelo menos em todos os círculos, devido ao triunfalismo eleitoral de que se encontram imbuídos largos sectores sociais-democratas. Convencidos de que serão o maior partido português nas próximas eleições, os militantes que advogam a tese das listas separadas comprometem assim o objectivo essencial da Aliança, verificando-se a principal oposição das comissões distritais do PSD, cuja maioria estaria contra as listas conjuntas.

A dar-se um desacordo formal em relação a este problema, a grande vitória será para a estratégia atribuída ao general Ramalho Eanes, que veria, dessa

forma, confirmada perante a opinião pública a sua tese de que os partidos são incapazes de se entender, sobrepondo ao interesse nacional a disputa pelo poder em que se encontram empenhados individualmente. Aliás, independentemente da reunião de ontem do conselho coordenador da Aliança, nos círculos eleitorais de Vila Real, Faro e Coimbra, por exemplo, já ontem ficou assente que não haverá listas conjuntas. A recusa, segundo informações divulgadas pela Anop, baseou-se na alegação de que mais de 50 por cento dos seus membros não aceitam participar na própria campanha eleitoral se for adoptado o critério de listas conjuntas.

No encontro de ontem do conselho coordenador participaram Adelino Amaro da Costa, Basílio Horta e Luís Barbosa, pelo CDS, Carlos Macedo e Vasco Pulido Valente, pelo PSD, e Gonçalo Ribeiro Telles, Luís Coimbra, Portugal da Silveira e Ferreira do Amaral, em representação do PPM. Não houve declarações à saída da reunião, que deve prosseguir durante todo o dia de hoje, mas o nosso jornal conseguiu apurar a opinião pessoal de alguns dirigentes da Aliança representados naquele conselho.

Assim, para Carlos Macedo, o espírito com que foi constituída a Aliança não

sofreu qualquer alteração, esperando-se que uma posição definitiva sobre o tema das listas conjuntas seja decidido em breve. Aliás, Helena Roseta afirmara na Figueira da Foz que segundo o acordo estabelecido entre os três partidos "não haverá listas conjuntas, o que não quer dizer que elas não venham a ser feitas em alguns casos", deixando assim caminho aberto para uma solução variável.

Por seu turno, Basílio Horta já se mostraria favorável a listas conjuntas, referindo ao nosso jornal que o CDS estava disposto a ceder em alguns círculos lugares das listas ao PSD, de forma a evitar a dispersão dos votos. Sendo o objectivo principal atingir uma nova maioria que derrote o bloco marxista-ateu os observadores crêem que as dificuldades principais são, de facto, na área dos sociais-democratas.

No que diz respeito ao Partido Popular Monárquico, Gonçalo Ribeiro Telles consideraria que o principal prejuízo de não se obter um consenso pode ser o País, sendo essa a principal preocupação da formação em que se integra. Para o PPM, portanto, revelou ao nosso jornal que os eventuais prejuízos que tenham com esse facto são de zomenos importância, ainda que considere as listas conjuntas como a melhor solução.



A NAÇÃO

6 de Agosto de 1979



Os nossos partidos gostam tanto ou tão pouco do Conselho da Revolução que eventualmente lhe podem dar, de mão beijada, o comando máximo do País.

Acredito que a maioria dos portugueses não venha a gostar da solução. Talvez por isso conviesse que os partidos que temos, antes de chegarem ao que julgarão depois desastroso, tentassem evitar o «desastre» com senso e sobretudo boa educação.

Criam as situações mais absurdas. Mentem sem vergonha. Conquistam posições, mantêm-nas e sobrevalorizam-nas despididamente, esquecendo as mais elementares regras de educação quanto mais da prática política.

Depois ainda acham que constatar factos indesmentíveis como estes é despudor ou antidemocracia.

Agora, que tantos (ou quase todos) consideram que o Conselho da Revolução é um «cancro» dentro do sistema democrático, está a chegar-se ao

ponto de esses mesmos poderem vir a dar-lhe gratuitamente o controlo do País.

Bem feito para eles.

Isto porque se o Governo Pintasilgo for derrotado no Parlamento e se Ramalho Eanes vier a abdicar do seu cargo (para eventualmente se recandidatar) o País ficará sem Presidente e já estava (com a dissolução do Parlamento) sem presidente da Assembleia da República, n.º 2 do regime.

Assim, o lugar de chefia do País ficará à disposição

do n.º 3, o Conselho da Revolução, que elegerá entre si um dos seus membros para ficar a controlar os destinos desta Pátria cada vez mais vilipendiada por quantos a deviam preservar a todo o transe.

E depois?

Depois será o que Deus quiser e os portugueses deixarem. Mas não será tarde de mais?

Teremos então mais culpas a assacar. Mas já são tantas que eventualmente poderá já nem valer a pena contabilizar.

CARLOS PINA

«Moderados» preparam Declaração de Princípios

Cm 7.8.79

• divulgação ainda este mês

Uma «Declaração de Princípios» onde serão abordados temas como economia de mercado, perspectiva de integração europeia de Portugal, política externa e soluções políticas e sociais a nível interno, deverá ser divulgada perto do final deste mês, por um grupo de personalidades moderadas.

Este documento surge na sequência de reuniões — desgranadamente a realizada em casa de Sousa Tavares e referida pela imprensa — em que estiveram presentes, entre outros, Sousa Tavares, Medeiros Ferreira, Henrique Granseiro, Manuel Lucena e José Manuel Casqueiro.

No entanto, são considerados como possíveis subscritores desta declaração — que terá características mais pragmáticas — além dos atrás citados, algumas dezenas de personalidades intelectuais independentes da vida política nacional, elementos que pertenceram a anteriores Governos e ex-socialistas e social-democratas.

Entre os nomes mais conhecidos são referidos nos meios políticos afectos ao grupo dinamizador da declaração, como futuros subscritores, António Barreto, Victor Cunha Rego, Barbosa de Melo, Rui Machete, Santos Martins, Nobre da Costa, Ferreira Junior, Mota Pinto, Daniel Proença de Carvalho, Álvaro Barreto, Eusébio Carvalho e Mário Mesquita.

Este núcleo poderia, no dizer de observadores, possibilitar a reabertura de condições para a formação de uma «reserva política da democracia portuguesa», admitindo alguns sectores que o documento funcionará como «uma Declaração de Princípios a unir personalidades», verificando-se em fase posterior a análise da forma de intervenção que possam vir a ter na vida política, de modo mais directo.

No entanto, conseguimos apurar subsistir como hipótese que uma parte significativa do grupo subscritor da «Declaração» possa vir a negociar com a Aliança Democrática a participação nas futuras eleições intercalares, como candidatos independentes.

A verificar-se esta possibilidade poderia, na opinião dos observadores que lhe são próximos, constituir-se um elemento novo com peso a nível eleitoral, que seria o alargamento da área política co-



António Barreto

berta pela Aliança Democrática, com a inclusão de personalidades situadas mais à esquerda.»

INDEPENDÊNCIA FACE AO PR

Uma das formas de intervenção, numa fase posterior, das personalidades que vierem a subscriver a «Declaração de Princípios», que as nossas fontes consideram como possível, respeita à formação de um novo partido político.

Contudo, fazem questão de afirmar que, a nascer, esse partido surgirá independente do Presidente da República, embora «seja admissível que alguns dos seus elementos

mantenham ainda, uma posição de certa proximidade em relação a Ramalho Eanes».

Observadores admitem que a verificarem-se tais hipóteses, este agrupamento de personalidades passaria a actuar como «estabilizador» entre Belém e Sá Carneiro, «mantendo-se, no entanto, profundamente crítico em relação a S. Bento».

Com a formação desta força, o Presidente poderia ficar numa «situação de extrema dificuldade» pois «tendo apostado fortemente em Maria de Lurdes Pintasilgo como elemento catalizador da formação de novo partido», estaria perante uma situação de «difícil escolha», sem saber

multo bem quem apoiar e em quem se apoiar — se em Pintasilgo, se na nova formação que desejaria lhe fosse efectiva.

Com efeito, Eanes — como «Correio da Manhã» referiu em anteriores edições — desenvolveu esforços porfiados junto de Mário Mesquita, José Manuel Casqueiro, Medeiros Ferreira e Sousa Tavares (personalidades apontadas como estando na génese da «Declaração de Princípios» ou podendo vir a subscrer-la) no sentido de tentar explicar «a escolha de Pintasilgo» e visando manter o seu apoio para a formação de um novo partido político de cariz presidencial.

EANES QUERIA BIPOLARIZAÇÃO

No decorrer desses encontros, e segundo fontes que reputamos de maior segurança, Eanes teria defendido que a «solução Pintasilgo» era excelente pois iria provocar a confrontação entre os partidos e bipolarizar a vida política portuguesa, criando o espaço vazio necessário para o aparecimento do partido presidencial.

No entanto, segundo sabemos, esta tese não teve receptividade por parte dos interlocutores do Presidente — que têm vindo a criticar Ramalho Eanes nos últimos dias — que a consideraram «negativa dada a fragilidade da democracia portuguesa».

Afastado do Presidente, pelo menos à partida, pretendendo evitar o perigo da bipolarização mas, ao mesmo tempo, o de uma hipotética vitória eleitoral da maioria de esquerda, este conjunto de personalidades «veria em Sá Carneiro e na Aliança Democrática a solução possível», conforindo-lhe por isso o seu apoio.



Proença de Carvalho



José Manuel Casqueiro



Cunha Rego



Fundação Cuidar o Futuro

LURDES PINTASILGO QUER MEXER E REMEXER EM TUDO...

— afirmou Freitas do Amaral em Madrid

Sá Carneiro, Freitas do Amaral e Ribeiro Teles, líderes da Aliança Democrática, chegaram ontem a Lisboa, no regresso de uma viagem a Madrid onde mantiveram conversações com o primeiro-ministro espanhol Adolfo Suárez, também ele líder da maioria do país vizinho no poder (UCD). Foram ainda recebidos pelo rei numa audiência considerada de «cortesias».

Saliendo o carácter prestigioso para a Aliança Democrática desta viagem a que outros se seguirão a países europeus com projectos políticos idênticos, Sá Carneiro, falando em primeiro-lugar para os jornalistas, referiu que o V Governo parece nada ter de «Gestão», afigurando-se antes como o «mais transformador e intervencionista que tivemos depois de Vasco Gonçalves».

Para Freitas do Amaral, o telegrama que o primeiro-ministro Lurdes Pintasilgo teria enviado de felicitações a Samora Machel, é, antes de mais uma «atitude irresponsável», pelo facto de Moçambique ser o país com o qual Portugal tem «as piores relações».

Prosseguindo, o líder do CDS lembrou que Lurdes Pintasilgo prometera «mundos e fundos na esperança de que irá transformar a sociedade portuguesa nos próximos três meses». Sublinhou ainda que o primeiro-ministro «quer, embalada na sua alegria mexer e remexer em tudo».

Freitas do Amaral disse não acreditar na isenção deste Governo que, na sua opinião, já demonstrou que não vai ser isento nem imparcial. O presidente do CDS terminou salientando que «as manifestações intencionais da Esquerda, de prejudicar a Aliança Democrática, revelam publicamente o medo de perder as eleições».

Também Ribeiro Teles, referiu que «a democracia pode sofrer graves perigos porque pode avizinhar-se um presidencialismo». «Não acreditamos nos propósitos do Executivo» — disse — «por estarmos cépticos quanto ao rumo antidemocrático que as coisas estão a tomar em Portugal. Afirmo a sua crença numa «Monarquia constitucional» para Portugal como aliás sucede na vizinha Espanha».

Por seu turno, aludindo a afirmações produzidas no semanário «Tempo» segundo as quais o general Canes teria considerado como negativo o papel desestabilizador de Soares e de Sá Carneiro na Democracia Portuguesa, o líder do PSD recusou-se a comentá-las, dizendo:

«Não conheço a notícia, não sei da sua veracidade, não me cabe a mim desmentir-la ou confirmá-la».

Sá Carneiro voltou e admitir a hipótese de o seu partido apresentar uma moção de rejeição do Programa do Governo, aquando do debate parlamentar.



o jornal

8-79

Sousa Franco no Governo reforça posição junto da Igreja

Uma das maiores surpresas do elenco final do Governo

Lurdes Pintasilgo foi a inclusão do prof. Sousa Franco na pasta-chave das Finanças.

A hipótese do conhecido dirigente da ASDI, e antigo presidente da Comissão Política do PSD, ocupar tal cargo, para que fora convidado, era conhecida, tendo sido dada em primeira mão por «O Jornal». Porém, tudo indicava que o actual presidente da Comissão Directiva da Faculdade de Direito de Lisboa, que havia manifestado o seu interesse em abandonar a política imediata nos próximos tempos, desgostoso com tudo que se estava a passar, não aceitaria o convite.

Afinal, viria mesmo a aceitá-lo, parece que independentemente de qualquer concordância prévia da ASDI, que posteriormente veio tornar público o apoio à sua entrada no Executivo, bem assim como à de outro seu militante, o dr. Joaquim Lourenço, a quem fica entregue a também difícil pasta da Agricultura. Aliás, a área social-democrática é talvez a mais representada neste Governo, inclusive no sector do Trabalho, ocupado pelo também antigo dirigente do PPD e seu representante em governos provisórios, dr. Jorge Sá Borges, agora pertencente ao Movimento Social-Democrata (MSD), que não foi igualmente consultado para a aceitação.

Assim, a aceitação de Sousa Franco, que de facto não pretendia pessoalmente ocupar nenhum cargo no Governo, é considerada por observadores muito bem colocados como podendo porventura signifi-

car uma mais nítida possibilidade de apoio, ou pelo menos não oposição, da mais alta hierarquia da Igreja a um Governo que tem à sua frente uma sua destacada militante. Recorde-se que antes da sua aceitação, a eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo foi recebida pelo cardeal-patriarca, D. António Ribeiro, com o qual se sabe que Sousa Franco, que também foi nomeadamente presidente do Conselho Nacional da Acção Católica, tem excelentes relações.

Por outro lado, o prof. Sousa Franco terá também posto algumas condições, mormente quanto à forma de funcionamento do ministério e sua localização na orgânica do Executivo. Efectivamente, trata-se de um posto-chave para mais no actual momento, face aos problemas económicos e financeiros do país, questão energética, etc. E é por aí que correrão pontos tão quentes como o das subidas de preço em vários sectores-chave, subidas tidas como inevitáveis de imediato — até porque já deveriam ter sido feitas, pelo Governo Mota Pinto. O ministro das Finanças é totalmente independente do ministro da Coordenação Económica e do Plano, trabalhando directamente com a Primeiro-ministro e sendo o n.º 2 do sector. O que significa que na ausência de Lurdes Pintasilgo será Sousa Franco que presidirá aos Conselhos de Ministros para os Assuntos Económicos.

«Executivo central»

O «executivo central», a que «O Jornal» também se referiu em primeira mão, deverá ser constituído, além de pelos dois, pelos ministros coordenadores da área económica e do plano (Correia Gago), cultural (Adérito Sedas Nunes) e social (Alfredo Bruto da Costa). Isto sem prejuízo da participação de Teresa Santa Clara Gomes como adjunto do Primeiro-Ministro.

Por sua vez, o ministro adjunto para a Administração Interna é o n.º 2 do Governo, e além da sua área específica de competência (a principal para um Governo que tem como objectivo primeiro preparar eleições) deverá assessorar directamente o chefe do Executivo e substituí-lo na sua ausência. O tenente-coronel Costa Brás tem uma grande experiência nestes domínios, tendo sido ele que fundamentalmente preparou as primeiras eleições livres realizadas em Portugal durante mais de 50 anos (as de 25 de Abril de 75), assim como as destinadas às autarquias locais, quando ocupou idêntico lugar no I Governo Constitucional.

Este foi, aliado ao seu conhecimento pessoal daquele militar do 25 de Abril, e a razão por que Lurdes Pintasilgo o escolheu para tão difícil lugar, para que observadores insuspeitos declaram especialmente credenciado. Como se sabe, o Presidente da República, para evitar maiores oposições do PSD/CDS, teria preferido a continuação no cargo do coronel Gonçalves Ribeiro, assim como é o responsável por se terem mantido nos seus cargos o coronel Loureiro dos Santos e o embaixador Freitas Cruz.

Papa — Pintasilgo...



● Aliança Democrática recebida no Patriarcado

Fontes próximas do porta-voz oficial do Vaticano (padre Romeo Panciroli) deram a conhecer ontem, em Roma, que o Vaticano encararia como provável a inclusão do novo Primeiro-Ministro na agenda de individualidades a serem brevemente recebidas pelo Papa João Paulo II.

A audiência de Maria de Lurdes Pintasilgo — notícia de que se aguarda confirmação em meados desta semana —, após a presença do Papa no funeral do cardeal Ottaviani, a realizar amanhã — estará dependente do calendário das próximas viagens de João Paulo.

As relações entre o novo Governo e a Igreja Católica têm, aliás, sido alvo do interesse da Imprensa, nomeadamente através do sublinhar, por parte de certos sectores, da formação católica do novo Primeiro-Ministro ou da relevância dada, por outros sectores próximos da "Aliança Democrática", ao facto de o cardeal-patriarca de Lisboa ter recebido, antontem, os dirigentes

dos três partidos daquela frente política.

● Sensível aos problemas de Imprensa, o novo executivo planearia para breve uma redistribuição de forças dentro dos jornais portugueses, o que lhe permitiria afrontar reações menos hostis às medidas a tomar relativas ao custo de vida.

No campo internacional, o novo Governo estaria particularmente atento à procura de apoios, de que a possibilidade de audiência com o Papa seria peça importante.

Não se visa o apoio expresso da Igreja

O DIA 4 AGOSTO 1979

Líderes da Aliança Democrática recebidos pelo Cardeal António Ribeiro

"A nossa doutrina, aliás como a da Igreja, é no sentido da separação entre a Igreja e o Estado. Nós não pretendemos de modo nenhum que a Igreja nos dê o seu apoio para a luta política em que estamos envolvidos. De modo nenhum se presta de que a Igreja fique vinculada ou comprometida no que quer que seja com o nosso projecto, pois este é de cidadãos que lutam pelas suas ideias e que contam sobretudo com o apoio do povo português para as fazer vitoriosas" — afirmou ontem à tarde o prof. Freitas do Amaral, no final de uma audiência concedida pelo Cardeal-Patriarca de Lisboa aos três líderes da Aliança Democrática para uma Nova Maioria, demarcando-se, assim, da possível interpretação pelos órgãos de comunicação marxistas, de um hipotético apoio que o Cardeal Patriarca teria concedido a Maria de Lurdes Pintasilgo pelo facto de recentemente, a ter recebido.

"Esse facto parece-me extremamente negativo — continuou — porque não é na qualidade de católica progressista que ela é primeiro-ministro e não deixa de ser bizarro o que alguma imprensa marxista tenha descoberto agora a sua vocação para valorizar o catolicismo destes ou daqueles políticos" com o "objectivo inaceitável de dividir os católicos".

Na mesma altura Freitas do Amaral teve oportunidade de reafirmar a oposição da Aliança para uma Nova Maioria à personalidade de Pintasilgo e ao seu executivo, pois "trata-se de uma pessoa que, declaradamente, desde há muitos anos é socialista e partidária de uma política de orientação terceiro-mundista e, portanto, situa-se perfeitamente, fora do quadro das nossas opções fundamentais que são democratas-cristãs e europeias". O Governo tem, aliás, as mesmas características de Pintasilgo,

tro e não deixa de ser bizarro o que alguma imprensa marxista tenha descoberto agora a sua vocação para valorizar o catolicismo destes ou daqueles políticos" com o "objectivo inaceitável de dividir os católicos".

Na mesma altura Freitas do Amaral teve oportunidade de reafirmar a oposição da Aliança para uma Nova Maioria à personalidade de Pintasilgo e ao seu executivo, pois "trata-se de uma pessoa que, declaradamente, desde há muitos anos é socialista e partidária de uma política de orientação terceiro-mundista e, portanto, situa-se perfeitamente, fora do quadro das nossas opções fundamentais que são democratas-cristãs e europeias". O Governo tem, aliás, as mesmas características de Pintasilgo,

"a que se aliam os elementos dissidentes do PSD e que são da direcção da ASDI, organização que pretende transformar-se em partido político". Como é que pode, assim, provar-se a isenção do executivo?" — perguntou.

O presidente dos centristas confirmou também todas as críticas que havia formulado a Lurdes Pintasilgo pela mensagem pessoal enviada a Samora Machel, pois "o desmentido devia ter sido feito uma ou duas horas depois e não 48. Aliás — sublinhou — o desmentido não é convincente", pois "apenas se diz que não houve contactos mas a notícia também não dizia que tinha havido contactos". Assim, — "fiquei com a convicção de que, embora de uma forma diferente, efectivamente foi mandada uma mensagem e portanto mantenho as críticas que fiz ao facto".

SÁ CARNEIRO: O "RETRATO" DE EANES

Por seu lado, Sá Carneiro afirmou a sua concordância com as declarações de Freitas do Amaral, acrescentando que o Governo "é não apenas

um retrato do primeiro-ministro mas também do Presidente da República, pois traduz o seu projecto político". Reafirmando a posição de rejeição do seu partido ao V Governo, Sá Carneiro adiantou que os social-democratas irão "estudar a melhor maneira de a traduzir, de denunciar tudo aquilo que este Governo representa", já que "é caracterizador de um projecto presidencial, que não é neutro, não é independente e não se apoi a em qualquer dos partidos existentes" Pelo contrário, "parece estar a ter apoio nos partidos da área marxista", o que traduz um "rompimento total entre o Presidente da República e o seu eleitorado", não causado, todavia, "pela responsabilidade deste e dos partidos que o representam".

Quanto à probabilidade de aqueles dois partidos virem a apresentar uma moção de rejeição quando da apresentação do programa do Governo no Parlamento, centristas e social-democratas afirmaram que essa decisão será tomada oportunamente, assim como o "problema" das listas conjuntas ou separadas.

Fundação Cuidar do Futuro

A política do CDS é Incompatível com a doutrina da Igreja

A pretensão do CDS de aparecer como o partido dos católicos e expressão do pensamento político dos cristãos está a ultrapassar as fronteiras do ridículo.

Por um lado, o CDS invoca os sentimentos religiosos e afirma que a maioria dos portugueses é constituída de católicos. Por outro lado pretende surgir como o porta-voz dos católicos. Ora tal ambição é grotesca. O partido do sr. Freitas do Amaral recolheu cerca de 15 por cento dos votos na eleição para a Assembleia da República (no próximo Outono obterá bem menos). A ser real a identificação CDS-católicos, propalada pelos tenores «centristas», poderia concluir-se que entre cada sete portugueses apenas um seria católico. E isso não é verdade. Os católicos são um mar comparados com o charco «centrista».

A algazarra que os dirigentes do CDS fazem por aí, esforçando-se para que o seu partido apareça ao povo mascarado de democrata-cristão, não é somente desonesta; é também pouco inteligente. A religião não é uma corrente política. Os seus praticantes pertencem a classes sociais diferentes e participam nas lutas económicas e sociais em função de interesses de classe e não de acordo com a opção religiosa. Hoje é cada vez maior o número de católicos que têm uma visão progressista da construção do futuro.

Um simples relance de olhos pelo mundo confirma que as posições defendidas pelo CDS em nome de um suposto personalismo-cristão são hoje repudiadas não apenas pelos católicos, mas pelos próprios partidos que se apresentam sob os rótulos da democracia-cristã. Paralelamente, a própria hierarquia da Igreja tem definido o seu pensamento social num sentido completamente oposto à enovelada regressão ultramontana dos pupilos do prof. Freitas. Isso é mais sensível em países atrasados, como o nosso, cujo desenvolvimento foi travado pela acção prolongada de regimes oligárquicos ou fascistas.

Na Venezuela, onde está no poder um partido democrata-cristão, o COPEI, os dirigentes católicos não só apoiam as nacionalizações — petróleo, ferro, manganês, etc. — como defendem o alargamento da área nacionalizada. O próprio cardeal arcebispo de Caracas já se manifestou a favor da nacionalização de sectores estratégicos da economia e da defesa dos recursos naturais do país, pilhados durante décadas pelo imperialismo. No Chile, o cardeal Silva Henriquez defende há muitos anos a necessidade da Reforma Agrária e o diálogo entre católicos e marxistas. Na Argentina, o episcopado acaba de tomar posição em defesa dos interesses dos trabalhadores. Quanto ao Brasil, é bem conhecida a posição progressista de dezenas dos mais eminentes bispos daquele país irmão.

Os dirigentes do CDS podem fazer esconjuros contra a Reforma Agrária e conseguir que alguns párocos de aldeia falem das UCPs e Cooperativas como de iniciativas satânicas que prenunciam o Apocalipse. Mas o sector «centrista» da Aliança Reacionária não pode mudar a realidade. Não pode, por exemplo, negar que na famosa Conferência da CELAM, em Medellín, na Colômbia, os bispos de toda a América Latina condensaram num documento histórico a dura condenação de soluções e ideias que o CDS defende agora, em Portugal, como pretensa alternativa da democracia-cristã.

A palavra dos Papas — e isso é muito doloroso e incómodo para a caravana do prof. Freitas — também é incompatível com a linha de pensamento e acção do CDS.

A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, do Concílio Vaticano II, preconiza o uso da terra em benefício daqueles que nela trabalham. Paulo VI, apontado como um Papa conservador, falou na Encíclica «*Populorum Progressio*» no «destino dos bens da terra em benefício de todos os membros da família humana», salientando que chegou o momento de «exigir transformações audazes, profundamente inovadoras». As transformações e a audácia que tinha em mente não eram, certamente, do tipo concebido pela Lei Barreto; eram opostas a uma política que em Portugal levou, sob o consulado de Mota Pinto, ao espancamento de trabalhadores e à oferta de reservas ilegais aos senhores do latifúndio. Agora, em Roma, durante a Conferência da FAO, em Julho, o Papa João Paulo II foi claríssimo ao declarar que «no estado actual de coisas, dentro de cada país, tem de prever-se uma Reforma Agrária que implique uma reorganização da propriedade das terras e a entrega do solo produtivo aos que nele trabalham de forma estável e com aproveitamento directo».

Os factos e as palavras demonstram que a doutrina da Igreja não aceita as «soluções» reaccionárias, antidemocráticas, desumanizadas que, em altos brados, reclamam os srs. Freitas do Amaral, Lucas Pires, Ribeiro e Castro e outros luminares da ala CDS da Aliança Reacionária. Os textos da hierarquia católica deixam o CDS numa posição insustentável.

A tentativa de partidarização da religião católica é uma grosseira manipulação de sentimentos religiosos que visa enquadrar os católicos em partidos reacionários. Mas a aliança antidemocrática perderá mais esse combate.

Fundação Cuidar o Futuro



COMUNICAÇÃO SOCIAL SERÁ O GRANDE TESTE

O sector nevrálgico da Comunicação Social será, porventura, o grande teste do Governo que, dentro de dias, se apresentará perante o Parlamento e sobre o qual o PS ainda não tomou uma decisão definitiva. Como salientou Mário Soares à entrada para a última reunião da Comissão Directiva do partido, «este Governo vem com um pecado original», que é o ir desencadear a dissolução da Assembleia da República, situação contra a qual o PS se bateu, defendendo um Governo com base partidária, que evitasse tal recurso». Mas «a eng.ª Maria de Lourdes Pintasilgo merece-nos o maior respeito e é uma pessoa que consideramos isenta», acrescentou Mário Soares, «embora dentro do seu Governo haja pessoas que são, quanto a nós, controversas e discutíveis».

O secretário-geral do PS referia-se, nomeadamente, ao que tudo leva a crer, a Loureiro dos Santos e Freitas Cruz, mi-

nistros do Governo Mota Pinto, que se tornaram particularmente notados pelas suas conotações com Belém (que são consideradas excessivas neste Gabinete onde figuram diversos «homens do Presidente») e pelos seus actos de hostilidade aos socialistas e aos partidos em geral. Especialmente Loureiro dos Santos que, sendo ministro de um Governo apartidário e independente, participou activamente em reuniões para formação de um partido político presidencialista.

Os socialistas esperam que, como acentuou na conferência de imprensa (de que damos notícia na pág. 10), o novo primeiro-ministro assuma inteiramente a competência do seu cargo e não seja instrumento de uma política com outro centro de gravidade.

A composição do novo Governo é a seguinte: primeiro-ministro — Maria de Lourdes Pintasilgo, ministro-adjunto pa-

ra a Administração Interna — Costa Brás; ministro da Defesa Nacional — Loureiro dos Santos; ministro dos Negócios Estrangeiros — Freitas Cruz; ministro da Justiça — Pedro Macedo; ministro das Finanças — Sousa Franco; ministro da Coordenação Económica e do Plano — Correia Gago; ministro da Agricultura e Pescas — Joaquim Lourenço; ministro do Comércio e Turismo — Pereira Magro; ministro da Coordenação Social e ministro dos Assuntos Sociais — Bruto da Costa; ministro do Trabalho — Sá Borges; ministro dos Transportes e Comunicações — Monteiro da Silva; ministro da Habitação e Obras Públicas — Mário de Azevedo; ministro da Coordenação Cultural e ministro da Cultura e Ciência — Sedas Nunes; ministro da Educação — Veiga da Cunha; ministro da Comunicação Social — João Figueiredo; secretário de estado adjunto ao PM — Maria Teresa Santa Clara Gomes.



cm 6.8.79

Fundação Cuidar o Futuro

Socialistas dão voto em troca de jornais

O Partido Socialista está a negociar habilidosamente a necessidade que o Governo de Lourdes Pintasilgo tem do voto socialista na apreciação do programa do governo. O PS pretende obter concessões significativas do Executivo na área da comunicação social estatizada, onde os socialistas aspiram alcançar uma posição mais favorável à disputa das eleições legislativas previstas para Novembro.

Sob a mira do partido de Soares encontram-se particularmente, o «Diário de Notícias» e «A Capital». Os seus directores, Mário Mesquita e Sousa Tavares, passaram a ser considerados «inimigos» a abater desde que se recusaram a alinhar os respectivos jornais pelas conveniências do PS.

Passados dois dias sobre a publicação, na imprensa, da existência de contactos informais entre socialistas e elementos da Aliança Democrática, com vista a estudar a hipótese de votação de uma moção de rejeição, o PS ainda não emitiu qualquer desmentido ou rectificou o teor das referidas notícias. Os sociais-democratas e centristas, entretanto, têm feito constar a sua disponibilidade preferencial para a apresentação duma moção de rejeição do programa do Governo. Ficaria assim apostada a hipótese, também formulada por estes partidos, de marcar a oposição ao Governo através da ausência no debate parlamentar que terá início na



Francisco Sousa Tavares

próximo semana.

No caso desta moção de rejeição ser votada positivamente só pelo PSD-CDS, o elenco de iniciativa presidencial ficaria «ligado» ao apoio do PCP, ASDI e PS. O partido de Soares está disposto a negociar em toda a sua potencialidade a ameaça que para a imagem do Governo representa a possibilidade dos socialistas se juntarem aos partidos que, através de oposição frontal ao Governo Pintasilgo, contestam sobretudo a figura de Eanes.

O Presidente da República e o primeiro-ministro sabem que a correlação de forças no seio do PS não facilita o trabalho de quem propõe uma tática

deste tipo. Contudo, o PS ainda fica com um trunfo importante nas suas mãos. Trata-se da possibilidade de se abster na votação da referida moção de rejeição, em lugar de votar favoravelmente.

A abstenção do PS teria efeitos não desejados para Belém e São Bento uma vez que o Governo ficaria ligado «directamente» ao PCP e à ASDI como únicas forças que sustentariam o seu programa. Em termos de opinião pública interna e externa esta particularidade não ilsongeia Eanes e prejudicaria nitidamente projectos futuros do actual Presidente.

A cobertura que o voto dos socialistas poderá proporcionar ao projecto presidencial reforçado substancialmente a posição negociada do PS. Este partido, embora esteja disposto a articular com a oração dum malutino em Setembro próximo, não desistiu de assegurar outras posições na comunicação social estatizada.

Aquando das conversações PS-ASDI com vista a explorar as possibilidades de formar um governo que evitasse a dissolução do Parlamento, os socialistas pediram «as cabeças» de Mário Mesquita e Sousa Tavares, directores do «Diário de Notícias» e «A Capital», respectivamente. Esta pretensão anda a par com a campanha pública, não poucas vezes feita em convergência com o PCP, que os socialistas de há muito desenvolvem para recuperar o ascendente que detinham na PSDP.

Sindicato dos Jornalistas entra na guerra...

NO DIA DE JUNHO
4 AGO. 79

A «guerra» de pressões da «maioria de esquerda» no sentido de levar o Governo Pintasilgo a «mexer» nas direcções dos órgãos de Comunicação Social estatizados, teve esta semana um novo aderente. Tratou-se da Direcção do Sindicato dos Jornalistas, que veio a público denunciar a existência de «inúmeras violações das regras do efectivo pluralismo e da independência dos jornais do Estado.»

E deu mesmo exemplos: o «Diário Popular», cuja administração — segundo o S.J. — substituiu de «forma arbitrária e ilegal» uma direcção que merecia a confiança dos trabalhadores; e a Radiodifusão Portuguesa, onde «as normas pelas quais a classe se tem batido, designadamente o código deontológico e o Estatuto da RDP têm sido constantemente violados».

Mas aquela direcção sindical não se ficou por aqui, e considerou ser «imprescindível que os órgãos da Comunicação Social do sector público não se encontrem ao serviço de qualquer grupo de pressão nem de qualquer personalidade isolada». Esta directiva — que por casualidade coincide com posições já expandidas pelo Conselho de Informação para a Imprensa, onde domina a «maioria de esquerda» — não colhe, quando — todos ainda nos lembramos — parte de forças que num passado bem recente utilizaram as páginas dos jornais precisamente para favorecer os seus compadrios político-ideológicos.

Como pontos mínimos imediatos, a Direcção do S.J. reclama assim do novo Governo a aplicação da legislação para o sector aprovada no Parlamento com predominância de votos favoráveis de socialistas e comunistas, bem como a criação de um estatuto para a televisão «pondo fim às regras de excepção em vigor», e a nomeação de um conselho de Administração para a RDP, que ponha termo a um alegado «estado de sítio» ali vigente.

Pretende ainda o S.J. o fim das «perseguições ou marginalizações por motivos ideológicos», a «reposição de programas de qualidade suprimidos» na RDP, e o «respeito da legalidade nos Açores e Madeira, com salvaguarda da independência e pluralismo dos órgãos da C.S. do Estado e respeito pela integridade física e pelos direitos profissionais dos jornalistas que ali trabalham».

OS BASTIDORES DOS JORNALIS AGITAM-SE

Entretanto, nesta fase pré-eleitoral os bastidores dos jornais agitam-se. Para além da já conhecida luta de so-

cialistas e comunistas para tentar controlar órgãos de informação, que neste momento lhes escapam, assiste-se a um «realinhamento» das forças ligadas à gestão do sector da comunicação social para que a vida económica de diários e semanários não sofra qualquer sobressalto de percurso, agora que se aproxima a grande batalha...

Os socialistas — paralelamente às pressões e influências que desenvolvem para transformar um pluralismo informativo, num monolitismo da sua cor — vão mesmo criar um novo diário para a campanha. Garantiu-o João Gomes, que tantas saudades tem do Palácio Foz, e que está já a coordenar um grupo de jornalistas que vão integrar a nova equipa. Ao que se sabe as simpatias políticas dos novos jornalistas situam-se — como não poderia deixar de ser — na área do socialismo democrático, embora não sejam na sua maioria filiados no PS. Quanto a nomes, João Gomes fez menção de guardar segredo mas garantiu que o jornal não vai ser partidário (?) nem officioso do PS(?).

Por outro lado, o «Jornal Novo» e o «Jornal de Economia» têm já novos accionistas. Trata-se de um grupo de empresários, liderado pelo Conde de Caria, que acaba de adquirir uma posição maioritária na Novimprensa.

O grupo investirá 30 mil contos na recuperação dos dois diários, cuja linha de orientação não sofrerá, no essencial, alterações.

Tanto quando se sabe, esta «injecção» de capital está já a dar os seus frutos: uma parte dos salários em atraso foi paga aos trabalhadores que entraram em gozo de férias, enquanto os restantes receberam a promessa de que o restante será liquidado até ao próximo dia 8.

Por sua vez, o «Diário», órgão officioso do PC, que aquando do aumento geral do preço dos jornais, quiz dar a ideia de que não precisava de fazer subir a nível dos seus cofres, acaba — como desde a altura se previa — de aumentar para 10 escudos (1 que Santo Estilvão não faz miúgos quando os desiquilíbrios financeiros ameaçam calar a voz dos comunistas na comunicação social.

A questão da ANOP continuou a dar que falar esta semana. Depois da «dramática» entrevista do Conselho de Gerência incluída num vespertino, Tito de Morais manifestou a esperança de que «a grave situação financeira da empresa será resolvida pelo major João Figueiredo, pois deve ter havido — segundo aquele responsável — um erro de contas» dos técnicos do Ministério das Finanças na verba que atribuíram à ANOP.



As éticas denúncias

Ética e boas maneiras, é com o Zé Carlos Vasconcelos; deontologia e amplas aberturas, isso é com o Cáceres Monteiro. Numa palavra: o modelo de um jornal irrepreensível, é o semanário deles, e não so, castrense no rigor e nos objectivos. E nas maneiras.

E vê-los, agora, a encabeçar o movimento pró-caneamentos a todo o gás, que com dias não são muitos: pedem-se cabeças, apontam-se os heróis a levar à fogueira, denunciam-se torpemente — como é o caso sibilino e repugnante do «pidéiro» de serviço no periscopio», a indigitar à indigitada primeiro-ministro que dada prosa publicada num dado matutino é, com certeza, obra de fulano de tal (um jornalista profissional!) que ainda por cima é funcionário público na «radiodifusão portuguesa»...

Bonito, não é? E ético. E deontológico. Para os «pides», claro!

7.AGOSTO.79

Pretexto — fabrica-se!

O ministro João Figueiredo, tolhido pelos inúmeros «rabos de palha» que deixou na RDP, encontrou (ou julga ter encontrado...) o pretexto de que precisava para fazer regressar a rádio oficial ao caos financeiro e técnico em que a tinha deixado no Verão de 1978!

Utilizando o seu homem de mão e ex-colega major José Dias (aquele mesmo que demitiu Igrejas Caeiro), obrigou-o a subscrever uma «entrevista» à ANOP, na qual aquele antigo director administrativo e actual co-gestor da Radiodifusão deveria constatar em termos virulentos o recente relatório tornado público pela comissão administrativa da falida RDP.

Com base nessa forjada tomada de posição, e a pretexto de que assim se terá tornado evidente que a «comissão administrativa» presidida pelo eng. Humberto Lopes «está cindida», o sagaz ministro intervirá — demitindo os actuais gestores, e substituindo-os por elenco favorável à maioria de esquerda!

Tudo limpo, e competente. Transparente, mesmo...

As duas caras do Figueiredo

Tem sido objecto de muitas glosas, o facto do major João Figueiredo ter saído do Palácio Foz há nove meses, com barbas, e ter voltado ali, agora escanhoado: a diferença que vai de um secretário de Estado a ministro! Passado à reserva, na tropa, Figueiredo regressou à sua vocação de guarda-livros e de empregado de conta de outrém — tendo como patrão o deputado PS, de Tomar, Mendes Godinho. Mas Belém, com aquele olho arguto de todos conhecido para a redescoberta de «competências», requisitou-o — para lhe proporcionar segundo período de férias governamentais, nas terras da Comunicação Social...

Fresco como uma alface, e contentinho da silva, o competente major voltou: não para garantir a isenção e a neutralidade, exigíveis num executivo destinado a preparar eleições, mas insinuado para o desempenho de uma função que poucos se dispõem a cumprir. Um seu íntimo, confessou, já, que «ia ser uma cabideia dos diabos», isto para significar que o major na reserva da (Presidência) República vai mesmo fazer «muito sangue»!

Cá estamos, para ver. A nós, o «quintasilgo» não nos reserva surpresas...

VERÃO ESCALDANTE NA COMUNICAÇÃO SOCIAL?

Saneamentos e golpes-baixos perfilam-se no horizonte...

● João Figueiredo impõe entrevista de José Dias à ANOP

O sector da comunicação social converteu-se num esclarecedor ponto de referência, em relação às tensões que dominam o actual panorama político.

Culminando oito meses de intensa e violenta campanha conduzida com o objectivo de neutralizar a existência de uma Imprensa livre, e de tentar firmar ou recuperar posições de comando na Rádio e na TV, o Partido Comunista, com o apoio ou ingénuo ou estúpido do PS, e a "cobertura" (menos passiva do que poderá parecer) da ala esquerda do Conselho da Revolução e, também, indirectamente, dos influentes consultores e serviços de Belém, pôs já em marcha a ofensiva final... Como batidores e pontas-de-lança, funcionam o semanário "O Jornal" e o Sindicato dos Jornalistas — que bebem nas mesmas águas —, cabendo a Cáceres Monteiro papel predominante como mestre-de-cerimónias; em outra área, actua um dos gestores da ANOP, que em nome próprio ou acobertando-se sob variados pseudónimos, desenvolve descabelada guerrilha obviamente encomendada contra o líder do

PSD, Sá Carneiro, e outras figuras ou formações políticas visadas por incómodas ou inconvenientes aos projectos do general Eanes.

Simultaneamente, João Figueiredo, imposto por Belém como ministro, põe em acção as baterias do Palácio Foz, orientando-as em primeiro lugar, contra a comissão administrativa da RDP — culpada do gravíssimo crime de ter detectado e enfrentado a situação caótica, financeira, administrativa e técnica, legada à rádio oficial por uma longa gerência do mesmíssimo Figueiredo! A primeira salva vai ser dada com a utilização de uma entrevista que a ANOP vai distribuir, atribuída ao também major José Dias, antigo director administrativo e depois membro das comissões administrativas presididas por Figueiredo e por Humberto Lopes: nessa entrevista, José Dias aparecerá em atitude de contestação ao relatório há dias divulgado acerca da actuação que tem sido desenvolvida na RDP; e, com isso, dará pretexto ao ministro para, alegando "divergências notórias" entre os componentes da actual comissão — demitir esta, e fazer regressar a Rádio

oficial ao caos e à falência, restituindo-a à "maioria de esquerda"...

Facto curioso, é que foi o major José Dias quem demitiu Igrejas Caeiro, antes de nomeada e empossada a comissão da presidência de Humberto Lopes. Mas nem Caeiro, nem Adelino Gomes, nem João Paulo Guerra, e "tutti quanti", são de esquisitices — e o PC e o PS ficarão felizes com Figueiredo e com a senhora Pintasilgo, recebendo de braços abertos as ondas médias, curtas e longas, e mais a frequência modulada; e aos imediatos e impiedosos saneamentos (Cáceres Monteiro exige-os, com nome, morada e retrato das vítimas!), seguir-se-á o regresso e a reconstituição das activíssimas células comunistas, socialistas e socialistas, aliás nunca antes silenciadas...

No calendário proposto pela inquisição sindical, também a direcção do "Diário Popular" deve ser imediatamente despedida; e, certamente, não lhe desgostaria que viesse a acontecer o mesmo às do "Diário de Notícias" e de "A Capital", se possível à do "Comércio do Porto". Mas, no que respeita a estes últimos casos, Cáceres, o Sindicato e "O Jornal" (a excepção foi o cameleónico Dil, no semi-clandestino "Edição Especial"), não se aventuraram a exigências expressas — talvez porque "as uvas ainda estão verdes" e é prematuro comê-las... Mas cem dias são tempo mais que suficiente para se substituírem as comissões de gerência das respectivas empresas, e se procurar dar a volta a esses melindrosos assuntos com mais cuidado e discreção...

Fala-se, muito, entretanto, na hipótese de Raul Rego vir a ser indigitado para director de o "Popular", o que está a ser festivamente saudado pelos vespertinos da concorrência: é que, com uma tal machadada, o "Popular" vai-se à viola, e ficam disponíveis uns 50 mil potenciais leitores.

também a de que o "doutor" João Gomes prepara o lançamento de outro diário do PS, sem dúvida mais um nado-morto para acrescentar à tumba onde jazem b "República" e "A Luta": Gomes, Rego e o PS, em termos de jornais, "matam que se faram"!

Enquanto "O Século" e demais publicações da ex-SNT permanecem suspensos, com quase oito centenas de trabalhadores grave e imoralmente lesados, ouve-se falar em projectos que visam preencher o espaço que aquele velho matutino ocupava e que continua livre, não se excluindo, igualmente, a possibilidade de vir a ser lançada no Porto a edição de um novo diário da tarde.

Em Lisboa, enquanto o vespertino "A Nação" parece estar a defrontar-se com algumas dificuldades, sobretudo nos aspectos administrativos, o "Jornal Novo" (assim como o especializado "Jornal de Economia") afigura-se ter conseguido ultrapassar contrariedades que muito o afectaram nos últimos meses, e que só a proficiência e o profissionalismo de Torquato da Luz e da equipa jornalística que o acompanha permitiram que pudesse ter sido superado com êxito.

Na RTP, entretanto, tenta-se impor Carlos Cruz como director-geral, pelo menos para o 1.º canal — onde, mesmo assim, o facto notória vir a originar contestações e divergências. Mas o que está fora de dúvidas é que Belém não descurará, de nenhum modo, o completo controlo da TV — onde a utilização da cor deverá coincidir com o lançamento, "em grande", da recandidatura do general Ramalho Eanes à Presidência. Além disso, e para já, é sabido que em Belém e no Restelo se fia, em muito, da actuação e apoio da TV, a implantação popular do V Governo do Lurdes Pintasilgo...

Finalmente, a ANOP que há duas semanas se tornou notícia de relevo do próprio noticiário que distribui... Não sobram dúvidas de que o novo e promissor ministro das Finanças encontrará adequada solução para as carencias orçamentais da agência. E a comissão de gerência actual, deverá manter-se, com dois gestores em "full-time" e outro "liberto", já que neste último concorrem absorventes obrigações como "mensageiro de Belém", e que o levam a assegurar frequentemente colaboração em "O Dia", "Correio da Manhã", "A Capital", "Diário de Notícias", etc.



por Fernando Inácio Gil *

Na verdade, já nos não basta ter de receber delegações angolanas que, *choramingando* a cooperação portuguesa, concretamente unilateral, a têm como obrigação eterna, para que um Conselheiro da Revolução, o brigadeiro Franco Charais, vá ao Palácio da Ponta Vermelha em Lourenço Marques (provisoriamente Maputo) ouvir e, já que parece concordar, se possuído de um mínimo de decoro, calar-se em vez de se transformar em porta-voz das arrogâncias de Samora Machel.

Mais, pronto a transmitir ao seu, ao nosso Presidente da República *recomendações!*

Textualmente, teria Franco Charais declarado à ANOP que «deverá *recomendar* (o *italico* é nosso) ao Presidente da República e ao Conselho da Revolução novas negociações com o Governo moçambicano, negociações essas para as quais a equipa portuguesa deverá ser muito bem escolhida», pois que «os seus interlocutores fizeram-lhe notar nos últimos dias que não desejarão ter pela frente, à mesa das negociações, elementos ligados aos interesses económicos financeiros do anterior regime».

Será ou não, sr. brigadeiro Franco Charais, que os interesses económicos do «anterior regime» se não traduzirão em bens pertença de Portugal e dos portugueses, *qualquer* que seja o regime que os governe?

Ou será que os bens dos portugueses, enquanto cidadãos, ou do Estado Português, poderão ser arbitrariamente alienados consoante os regimes vigentes, só porque adquiridos em regime diferente, mas na maior parte dos casos com o suor dos próprios ou o sacrifício do povo?

A «pesada herança» que o actual regime desbaratou não teria sido conseguida com o sacrifício do povo, desse mesmo povo, que, hoje mais sacrificado que nunca, continua a pagar os desvaneles de quantos se alcañoraram a políticos e conselheiros?

Não esqueçamos ser obrigação de todo e qualquer Governo defender e acautelar os bens e interesses do Estado que serve e dos cidadãos que governa.

E é por isso que a Alemanha Federal, a Inglaterra, a França, a Espanha e outros países têm pressionado o Governo Português à indemnização do que foi expulso aos respectivos Estados ou cidadãos. Recordo, a propósito, ter declarado Karl Cartens., presidente do Parlamento Alemão, quando em fins do ano passado esteve em Lisboa, dependerem os investimentos do seu país em Portugal da devolução ou justa indemnização dos bens nacionalizados, «pelo que pedimos uma solução rápida do problema».

Era uma atitude semelhante que gostaríamos de ver da parte do sr. conselheiro Franco Charais e de muitos outros que com os actuais governos das ex-províncias ultramarinas têm contactado.

Como a que tomou, por exemplo, o ministro Álvaro Barreto, não só por dever de consciência, como por intrínseco patriotismo.

Tudo o mais é comungar da ideia de que o que «roubado» foi, «roubado» está.

E, sendo a visita de Franco Charais rotulada de *particular*, também não entendemos como dela possam resultar atitudes públicas, tão políticas, como a da apresentação de *recomendações* (não confundir com cumprimentos) ao CKONSELHO DA Revolução e ao Presidente da República.

E, quando o brigadeiro Franco Charais nos diz ter Samora Machel afirmado não poder Moçambique (de Samora Machel, entenda-se) ficar à espera da melhoria das relações com Portugal para a concretização de diversos projectos recorrendo por isso a cooperantes e organismos de outros países, mais aliviado se deve sentir o Povo português.

Pois já não pagará subsídios de férias e Natal a mais cooperantes, como acontece com os professores a enviar para Angola.

Pois já não construirá mais casas (que aqui fazem tanta falta) para cooperantes, como acontecerá na Guiné-Bissau.

Pois deixará de haver mais portugueses a serem arbitrariamente presos.

Pois já não haverá a necessidade de fazer calar os verdadeiros patriotas angolanos, guinéus ou moçambicanos!

Já não haverá pois *recomendações* a fazer, apenas *atitudes* a tomar.

Charais preocupado

Franco Charais, conselheiro revolucionário, também especialmente ligado ao chamado processo de descolonização, está cada vez mais preocupado com o curso das relações entre Lisboa e o Maputo e Luanda, as quais têm conhecido as maiores dificuldades devido ao contencioso aberto pelos regimes ditatoriais ali implantados pelo MFA e que têm feito as maiores pressões e chantagens sobre Portugal.

Ao regressar do seu périplo pan-africano, que o levou a Moçambique e Angola, o brigadeiro Franco Charais declarou que no seu frutuoso diálogo com os dirigentes dos regimes totalitários do Maputo e de Luanda, para os quais faz parte do reduzido núcleo de interlocutores privilegiados, encontrara o que classificou de «interesse em privilegiar as relações económicas com Portugal», embora «Moçambique e Angola não possam esperar indefinidamente».

Aquele conselheiro revolucionário, que não fez qualquer referência à situação dos nossos compatriotas ali perseguidos, aliás como os próprios povos moçambicanos e angolanos, também entende que é «chocante a falta de iniciativa da política externa portuguesa e da própria iniciativa privada em relação aos mercados de Angola e Moçambique». E adiantou, sublinhando que transmitia a posição dos seus interlocutores, ser de esperar que «surja um Governo em Lisboa capaz de incrementar as relações de amizade com Angola e Moçambique»...



Tempo

2 Agosto 1979

EANES PODERÁ NÃO PROMULGAR A LEI SOCIALISTA DA AMNISTIA

Círculos políticos e militares admitiram ontem, ao serem contactados pelo nosso jornal, que o Presidente da República poderia não promulgar a chamada e polémica lei da amnistia, iniciativa dos socialistas e aprovada a semana passada com os votos da «maioria de esquerda».

Segundo os observadores, o general Ramalho Eanes estaria em posição de recusar a promulgação, assumindo assim uma atitude democrática e constitucional, uma vez que a lei já não é a mesma, estando, portanto, desobrigado do preceito que determina ser obrigatória a ratificação quando, devido a veto, uma lei é votada segunda vez pela maioria simples dos deputados.

Efectivamente, a lei da amnistia é agora outra, na medida em que, da segunda apreciação na Assembleia, os responsáveis pelo projecto, vetado pelo Chefe do Estado mas reconhecido como constitucional pelo Conselho da Revolução, lhe introduziram alterações, designadamente a que passou também a abranger os civis — e já não contemplando apenas os militares, como inicialmente se estabelecera.

OFICIAIS «SANEADOS» RECORREM PARA O CONSELHO DA EUROPA

Um numeroso grupo de oficiais das Forças Armadas, vítimas de «saneamento», sem direito a serem ouvidos, a partir do Verão de 74, por comissões de que fizeram parte oficiais «revolucionários», vai apresentar queixa ao Comité de Ministros do Conselho da Europa, por ainda não lhes ter sido reparada a injustiça que os atingiu.

A resolução para o envio dessa queixa foi tomada por uma organização de que já fazem parte muitos dos militares «saneados» pelo «gonçalvismo», esperando os mesmos que, entretanto, venha a ser tomada uma solução que reveja a sua situação, uma vez que o PSD tomou a iniciativa de criar um grupo de trabalho precisamente com esse objectivo, tendo sido a primeira entidade nacional a interessar-se efectivamente pelo problema.

Segundo conseguimos apurar, a queixa é feita directamente para o Comité de Ministros do Conselho da Europa, ao abrigo dos artigos 1.º, 3.º e 8.º do estatuto de estado membro da organização, conjugados com os artigos 8.º e 21.º da Constituição Portuguesa. A iniciativa nada tem a ver com o esquema da Comissão dos Direitos do Homem do mesmo Conselho, que recentemente indeferiu as queixas de dois oficiais portugueses, depois da argumentação expendida pelo comissário português, Jorge Sampaio.

Moçambique de novo

A MUDANÇA de Governo costuma originar em Portugal uma vasta onda de especulações quanto às suas implicações na orientação da política externa portuguesa. A constituição de um V Governo Constitucional, apesar da manutenção do titular da pasta dos Negócios Estrangeiros, não constitui excepção. A personalidade de Maria de Lurdes Pintasilgo, a sua actuação como representante de Portugal junto da UNESCO e as suas posições conhecidas quanto aos problemas internacionais foram, neste caso, motivo para uma redobrada especulação que levou mesmo a que o novo primeiro-ministro, logo na conferência de imprensa (curiosamente realizada no Ministério dos Negócios Estrangeiros), procurasse definir as suas grandes linhas de orientação neste domínio em termos de tentar desfazer algumas suspeitas de contradição com opções fundamentais anteriormente formuladas.

O novo governo toma posse, por outro lado, num momento em que ainda não se extinguíram os ecos dos resultados da reunião da Comissão Mista Luso-Angolana e em que se desenhava uma clara tentativa para pressionar o poder político português para posições idênticas em relação a Moçambique àquelas que foram toniadas em relação a Angola.

Efectivamente, Moçambique que não deu ainda qualquer resposta ao protesto português quanto ao fuzilamento de um nacional português sem que fossem respeitadas as mais elementares normas de direito internacional e que continua a não dar qualquer garantia quanto aos interesses portugueses e à situação dos nossos nacionais residentes naquele país, fez saber através de Aquino de Bragança que "se o contencioso entre Portugal e Moçambique não for resolvido nos próximos três meses poderá criar-se uma situação irreversível nas relações entre os dois países".

Já anteriormente o brigadeiro Charais não hesitara em patrocinar o ponto de vista moçambicano quanto às culpas portuguesas nas más relações entre os dois países e em afirmar-se disposto a dar alguns conselhos ao Presidente da República sobre as vias a seguir para conseguir a necessária melhoria de relações, tal como as entendia o Presidente Samora Machel.

É neste contexto que a notícia de que o novo primeiro-ministro manteve em Portugal contactos com Aquino de Bragança que considera que "Maria de Lurdes Pintasilgo abordou os problemas com grande abertura e franqueza" levanta a maior perplexidade, apesar de, como é óbvio, se aceitar o desmentido do Gabinete do primeiro-ministro quanto à eventual mensagem em que o chefe do Governo português exprimiria a sua "grande admiração pelo líder moçambicano".

A necessidade de manter boas relações com os países de expressão portuguesa que o novo primeiro-ministro correctamente enunciou não significa que estas relações tenham que ser estabelecidas a qualquer preço e a pior das vias parece ser através de co-ivenciação de facto, tendo-se sabe muito pouco neste momento. O povo português tem o direito de saber o que se tem conseguido de concreto em relação a Moçambique, quais os pontos em que se tem avançado e que justificam certos optimismos, bem como as razões que levam o coronel Costa Brás, então ainda administrador da Hidroeléctrica de Cabora Bassa, a afirmar, ao regressar de uma estadia em Moçambique que a sua viagem foi "frutífera para a defesa dos interesses portugueses".

O próprio mensageiro de Maputo, Aquino de Bragança que afirma ter transmitido ao Presidente da República a disponibilidade de Moçambique para o diálogo (apesar de não estar o seu país na disposição de tomar a iniciativa quanto ao reatamento das negociações) foi, de resto, bastante claro em considerar, à semelhança do que tinham feito os angolanos que o contencioso económico-financeiro com Portugal era um assunto encerrado e em manifestar a sua convicção de que Portugal teria de se comprometer, tal como fez com Angola, a neutralizar as actividades contra o regime de Moçambique. Ao mesmo tempo, Aquino de Bragança, na sequência das posições que o regime moçambicano vem assumindo, ataca a utilização da língua portuguesa e a possibilidade de ela ser considerada como um factor de intensificação da cooperação entre os vários países que a utilizam. É, pois, neste quadro que se impõe colocar a questão de saber o que pode esperar Portugal de Moçambique neste momento. Aguardemos o que dirá o Programa do Governo sobre esta matéria e o que se irá passar nos próximos tempos. A única via parece ser a de não ter receio de uma posição de firmeza. Será esta a adoptada?

Hierarquia não quer Casanova Ferreira em Évora

Os coronéis Casanova Ferreira e Matos Guerra, os únicos oficiais que voluntariamente responderam à chamada para comandarem a Guarda Nacional Republicana na capital do Alto Alentejo, acabam de ver preterido o seu oferecimento, atitude a que não deve ser estranho o regresso ao Ministério da Administração Interna do administrador de Cabora Bassa, coronel Costa Brás.

Entretanto, segundo circula nos meios castrenses, tendo em conta as diferenciadas personalidades e posições tomadas por aqueles dois militares (um de Infantaria e outro de Cavalaria) e o clima de tensão social actualmente vivido no Alentejo em consequência da constante oposição à lei por parte do Partido Comunista, é muito provável que o lugar venha a ser preenchido por um político-militar, preferencialmente condescendente para com o PC e, talvez mesmo, da Arma Artilharia, ramo a que pertence Costa Brás e que tem sido prólogo em vozes terceiro-muniditas.

Charais da Triste Figura



Cavaleiro da Triste Figura, Franco Charais jorna-deou por terras da África Austral em visita particular, buscando sabe-se lá o quê. O que trouxe, disse-o ele: «impressão de que Portugal deve reatar as conversações com Moçambique que no início de Abril foram suspensas em Maputo». Isto é, a impressão de que Portugal se deve deixar de amuos, lá porque lhe fuzilaram um cidadão sem dizer água vai e lhe tripudiam sobre a dignidade, e vir pedir desculpa a Samora Machel por ter saído e batido com a porta.

Mas Franco Charais traz também o recado de que os seus interlocutores moçambicanos «não desejarão ter pela frente, à mesa das negociações, elementos ligados aos interesses económicos e financeiros do anterior regime». Não consta que Samora Machel tenha dado indicações quanto ao modo como devem ir vestidos os membros das eventuais delegações portuguesas, provavelmente por se ter esquecido de o fazer.

Se ficassem por aqui os puxões de orelhas que Charais levou no Palácio da Ponta Vermelha, já era mau. Mas há mais, o que torna tudo pior: os moçambicanos, segundo diz, «considerariam muito útil a colaboração de entidades e demais cooperantes portugueses no seu desenvolvimento, mas, se as relações se não normalizarem num futuro próximo, poderão recorrer a organismos e cooperantes de outros países». Fica assim completo o rol dos recadinhos que, por sua livre iniciativa, Franco Charais traz das bandas do Índico para Portugal.

O revolucionário conselheiro entrega-se assim, alegremente, ao papel de porta-voz da chantagem feita instrumento diplomático, da ameaça descarada, da mais inesperada tentativa de inperência em coisas que só a nós dizem — ou deveriam dizer — respeito.

Quanto às imposições moçambicanas, o que elas mereceriam — se tal figura existisse — seria uma gargalhada diplomática. Mas tal ficará ao critério das autoridades portuguesas, que se espera saibam dar-lhes o despacho competente. No que toca ao papel do conselheiro Charais, cabe dizer que é triste ver cidadãos nossos fazerem estas figuras. Claro que é a ele, e a quem porventura lhas encomendou, que cabe assumir a responsabilidade. E poderemos ainda vê-lo apresentar-se na Ponta Vermelha de barão ao pescoço e em túnica de penitente.

E, aí, Egas Moniz dará voltas no seu túmulo.

B.

